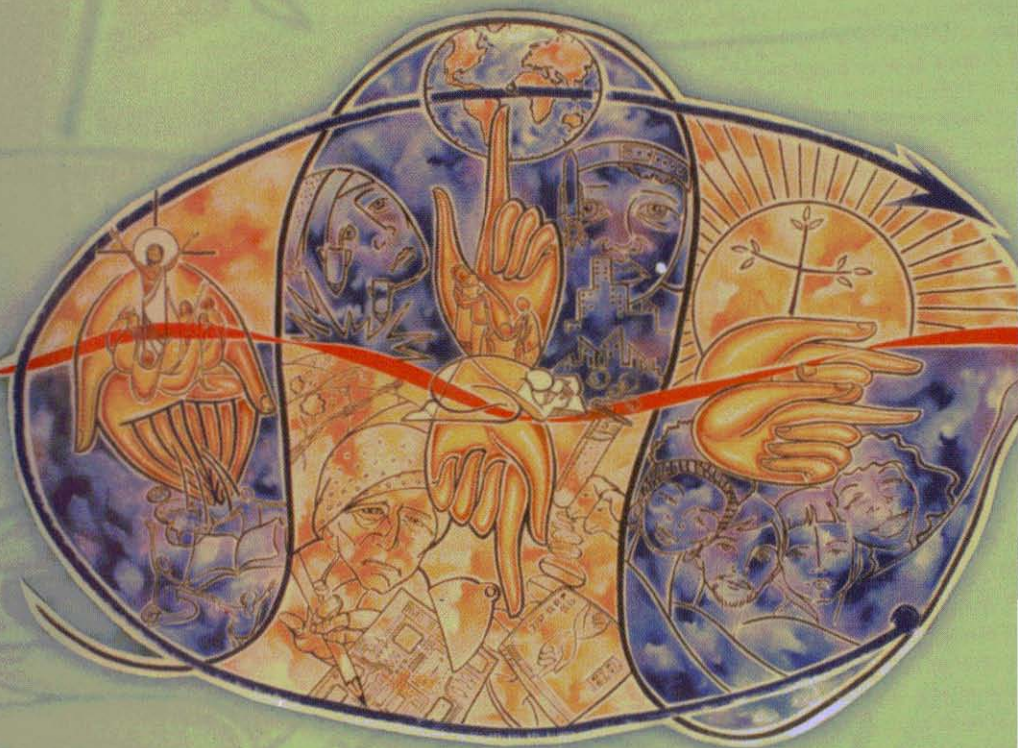


CONVERGÊNCIA



- O serviço profético à vida
 - II Fórum Social Mundial (FSM)
 - Refundação: Tarefa Eclesial
 - Os votos religiosos e seus fundamentos bíblicos
 - Ordenação Presbiteral de Revislande dos Santos Araújo, Indígena Makuxi de Boa Vista, Roraima – Brasil
- “Ser fiel ao Evangelho é ser fiel às minhas raízes indígenas”



Sumario

EDITORIAL	129
PALAVRA DO PAPA	133
INFORME CRB	137
ARTIGOS	139
O serviço profético à vida	139
Pe. JALDEMIR VITÓRIO, SJ	
II Fórum Social Mundial (FSM)	153
PADRE JOSÉ ERNANNE PINHEIRO	
Refundação: Tarefa Eclesial	161
Pe. PITER Mc CARTHY, C.Ss.R	
Os votos religiosos e seus fundamentos bíblicos	172
Pe. AGENOR GIRARDI, MSC	
Ordenação Presbiteral de Revislande dos Santos Araújo, Indígena Makuxí de Boa Vista, Roraima – Brasil "Ser fiel ao Evangelho é ser fiel às minhas raízes indígenas"	186
FERNANDO LÓPEZ	

A ilustração da capa da Convergência 2002 é uma cópia do painel da XIX Assembléia Geral da CRB (2001), do autor Anderson S. Pereira, MSC. O painel chama atenção para a importância e a atualidade da temática central da Assembléia: Tempo de sinais. Sinais dos tempos.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP
Pe. Francisco Tabora, SJ
Pe. Jaldemir Vitório, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora
Av. Rio Branco 123/1106

CEP 20040-005 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2507-4258

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura

Anual

para 2002

Brasil: R\$ 80,00

Exterior: US\$ 85.00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50

Editorial



“Sê fiel até à morte” (Ap 2,10)

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

A liturgia da Igreja acaba de nos introduzir naquele período do ano litúrgico que costumamos chamar de tempo pascal. Pela porta do itinerário quaresmal, que segundo a grande tradição pretende ser um itinerário de “iniciação”, uma espécie de “mistagogia” pensada em função da progressiva identificação do cristão com a pessoa do Senhor Jesus, morto e ressuscitado para a vida do mundo, somos introduzidos na solene celebração da Páscoa, na festa da Vida. Nela se faz memória do mistério cristão por excelência na sua totalidade: vida, morte e ressurreição de Jesus. Nela os cristãos e cristãs são convidados a fazer espiritualmente a mesma passagem de Jesus: das trevas à luz, da morte à vida, da cruz à ressurreição.

Nesse itinerário de identificação com o Mestre, é toda a vida cristã que entra na dinâmica da Páscoa e se torna memória permanente daquele que disse: “estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos”. (Cf. Ap 2,8; 1,17-18). Essa dinâmica tem uma dimensão iniludível de “tribulação”, “indigência”, “medo”, “sofrimento”, “prova”, “perseguição”, e “testemunho” (Cf. Ap 2,9). Resume-se numa proposta arris-

cada de fé: “sê fiel até à morte e te darei a coroa da vida” (Ap 2,10).

Essa “tribulação” de que fala o texto bíblico, não é só individual. O convite a “resistir” na fé até à morte é dirigido à inteira comunidade dos seguidores de Jesus. Em cada momento histórico, em cada situação concreta do mundo, a celebração da Páscoa, o fazer memória do Ressuscitado assume forma e figura concretas de um compromisso “até à morte” com a causa da Vida. Sejam quais forem as forças que ameaçam a Vida, elas são sempre o “poder” ao qual é preciso resistir, na fé “até à morte”; contra o qual é necessário defender o direito dos pobres, dos pequenos, dos que são mais vulneráveis, dos excluídos. É preciso assumir a causa dos “povos crucificados”, por esse “poder”.

Esse compromisso com os “povos crucificados” em qualquer circunstância histórica, qualifica o cristão/ã que de fato segue Jesus e persegue a sua causa – o Reino de Deus -. Como observa Jon Sobrino, “povos crucificados é linguagem metafórica, certamente, mas que comunica muito melhor que outras a magnitude histórica da situação e seu significado para a fé... cruz

evoca pecado e graça, condenação e salvação, ação dos homens e ação de Deus. Do ponto de vista cristão, o próprio Deus se faz presente nessas cruzes e os povos crucificados se convertem no principal sinal dos tempos”.

Nesta perspectiva, a dinâmica da Páscoa – que é a dinâmica do seguimento – não pode ficar restrita a um “tempo” determinado. Tem que impregnar o cotidiano do cristão/ã ao longo da existência. Celebrar as festas da Páscoa e o “tempo pascal”, só tem sentido quando a memória do crucificado/ressuscitado, realimentada nestas celebrações, vai se tornando cada vez mais a força inspiradora e dinamizadora da existência cristã em todas as suas dimensões e em todos os seus desdobramentos.

Nas atuais circunstâncias históricas em que a humanidade se encontra, mais que nunca a solidariedade ativa e comprometida com os “povos crucificados” pede aos cristãos e cristãs a coragem do “ser fiel até à morte” (Ap 2,10); o risco de opor-se – pessoal e comunitariamente – aos “poderes” organizados que lançam e mantêm na condição de “povos crucificados” milhões de pessoas humanas, em todos os quadrantes da terra.

Até que ponto, religiosos e religiosas nos sentimos pro-vocados e desafiados por esse “principal sinal dos tempos”? Até onde vai a nossa coragem de sermos “fiéis até à morte” no compromisso com o Crucificado – Ressuscitado e com os crucificados da história? É a dinâmica da Páscoa que inspira e mobiliza nossas decisões e opções, sejam elas de nível pessoal, comunitário ou institucional? De que lado

estamos com essas decisões e opções: do lado dos “povos crucificados”, ou do lado dos “poderes” que geram e sustentam tal situação?

Convergência deste mês de abril chega às comunidades quando os ecos das celebrações da Páscoa estão ainda ressoando na experiência espiritual das comunidades e das pessoas. Os textos que a revista publica, a partir da sua intenção primeira de servir, querem ser um voto de esperança pascal para as comunidades, uma apresentação de subsídios que alimentem o compromisso de cada um(a), na sua busca de ser “fiel até à morte” (Ap 2,10).

A mensagem do Papa para o dia mundial de oração pelas vocações (IV Domingo da páscoa) lembra que, no contexto do mundo atual, marcado pelo ódio, pela violência, pela opressão, precisamos de “arautos corajosos do evangelho, de servos generosos da humanidade sofredora”. Exorta os consagrados e consagradas a “mostrar que sua existência está firmemente radicada em Cristo e que no seu humilde e fiel serviço ao mundo pulsa aquela utopia da caridade que o Espírito Santo mantém sempre viva na Igreja”.

O artigo de Jaldemir Vitório, SJ – “O serviço profético à vida. Fundamentos bíblicos da Pastoral da Saúde” – é um texto extremamente iluminador e profético, um excelente subsídio para alimentar a reflexão e a prática das comunidades, particularmente daquelas mais diretamente comprometidas na Pastoral da Saúde. Com lucidez e muita sensibilidade humana o autor descreve a drástica situação de grande parte da população do mundo atual no tocante ao acesso às condições bási-

cas de vida com saúde, ou seja, condições básicas de vida com dignidade. Partindo desta constatação, o autor expõe os fundamentos da doutrina bíblica do serviço à vida e à saúde. Para ele, “colocar-se a serviço da vida e da saúde nesta sociedade consiste em assumir uma postura profética, na qual sejam denunciadas todas as formas de idolatria encarnadas na absolutização do lucro e no consumismo, geradores de doença e morte e, por outro lado, seja proclamado o absoluto do Reino de Deus, no qual todos são chamados a ter vida em abundância”. O artigo merece ser objeto de atenta leitura e reflexão nas comunidades. Presta-se a dinamizar uma séria revisão das práticas da Vida Religiosa nesse nível, e é particularmente apto a alentar os esforços que já se estão fazendo e as posturas proféticas assumidas já por grupos ou pessoas.

O texto de José Ernane Pinheiro – “II Fórum Social Mundial” – é uma reflexão sugestiva e bem elaborada sobre esse grande evento, ocorrido em Porto Alegre no início deste ano. Como participante do Fórum, o autor descreve, com objetividade, os fatos e tece comentários interessantes e iluminadores sobre o sentido mais profundo do Fórum, seus objetivos e perspectivas. O texto oferece às comunidades não só informação sobre o evento mas também elementos para uma melhor compreensão do seu alcance no momento difícil que vive a humanidade. De fato, como diz o texto, citando o programa oficial, “o Fórum Social Mundial 2002 ocorre em um momento de guerra, de recrudescimento da violência, em uma conjuntura marcada

pela intolerância religiosa e pelo fundamentalismo de mercado. Os valores que norteiam nosso trabalho ganham uma urgência e atualidade renovada. Outro mundo é possível e cada vez mais necessário”.


“Refundação: Tarefa eclesial”, de Piter Mc Carthy, C.Ss.R., é um texto que pretende pro-vocar e iluminar a Vida Religiosa e toda a Igreja nos caminhos da refundação empreendidos, sobretudo, a partir do Vaticano II. O autor focaliza questões de grande atualidade na vida da Igreja, muitas delas notoriamente polêmicas, que estão pedindo a todo o povo de Deus a coragem profética da conversão e da refundação. O texto é bem documentado e procura resgatar pontos importantes da doutrina conciliar, sobretudo da *Lumen Gentium*, que são hoje cruciais para que a Igreja possa continuar fiel ao Espírito em meio às vicissitudes de nosso tempo. Para o autor, “ser profeta é ser a consciência do grupo e não é uma atividade com garantia de fornecer muitas amizades. Mas é um dos papéis principais da Vida Religiosa”.

Agenor Girardi, no seu texto, – “Os votos religiosos e seus fundamentos bíblicos” – faz uma reflexão de caráter bíblico-teológico sobre o sentido dos votos religiosos no contexto do mundo atual. Fazendo uma breve incursão nos escritos do Antigo e do Novo Testamento, o autor procura mostrar como o conteúdo dos votos tem raízes bíblicas capazes de alimentar a espiritualidade de religiosos e religiosas no seu compromisso de consagração a Deus, no serviço ao mundo. O artigo constitui um bom subsídio para a re-

flexão e aprofundamento deste tema tão vital para a Vida Religiosa.

A entrevista com Revislande dos Santos Araújo, do Padre Fernando López, é um texto de particular interesse neste ano, em que a Campanha da Fraternidade trata de aprofundar a questão indígena. Entretanto, o interesse do texto não é apenas conjuntural. A ordenação de indígenas é uma questão de singular importância para a comunidade eclesial em qualquer circunstância e em qualquer

momento histórico. O texto apresenta dados biográficos do Padre Revislande e narra a história da sua vocação, lembrando os muitos obstáculos que ele teve que superar para ser ordenado sacerdote. A partir da sua experiência, Revislande deixa uma mensagem aos formadores e a toda a comunidade eclesial: “os formadores têm que olhar não com discriminação para o indígena, mas com um olhar de carinho, como a um irmão que tem uma cultura diferente”.



Palavra do Papa

*Mensagem do Santo Padre para o XXXIX Dia Mundial de
Oração pelas Vocações
21 de abril de 2002 – IV Domingo de Páscoa*

Tema: “A vocação à santidade”

Venerados Irmãos no Episcopado,
caríssimos Irmãos e Irmãs!

1. A todos vós, “queridos de Deus e chamados a serem santos, graça e paz da parte de Deus, nosso Pai e da parte do Senhor Jesus Cristo” (Rm 1,7). Estas palavras do apóstolo Paulo aos cristãos de Roma nos introduzem no tema do próximo Dia Mundial de Oração pelas Vocações: “A vocação à santidade”. A santidade! Eis a graça e a meta de todo crente, de acordo com o que nos lembra o Livro do Levítico: “Sede santos, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo” (19,2).

Na Carta apostólica Novo Millennio Ineunte eu convidei a fazer “a programação pastoral no signo da santidade” para “expressar a convicção de que, se o Batismo é um verdadeiro ingresso na santidade de Deus através da inserção em Cristo e da in-habitação de seu Espírito, seria um contra-senso contentar-se com uma vida medíocre, vivida sob a bandeira de uma ética minimalista e de uma religiosidade superficial... E’ hora de repropor a todos, com convicção, esta «medida alta» da vida cristã

ordinária: toda a vida da comunidade eclesial e das famílias cristãs deve se orientar nessa direção” (n.31).

Dever primário da Igreja é dar acompanhamento aos cristãos pelos caminhos da santidade, a fim de que, iluminados pela inteligência da fé, aprendam a conhecer e a contemplar o Rosto de Cristo e a redescobrir nele a própria identidade autêntica e a missão que o Senhor confia a cada um.

Dessa forma, eles são “edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, tendo como pedra angular o mesmo Cristo Jesus. Nele, toda construção se ergue harmoniosamente para ser um templo santo no Senhor” (Ef 2-20-21).

A Igreja concentra em si todas as vocações que Deus suscita entre seus filhos e se configura, ela mesma, como um luminoso reflexo da Santíssima Trindade. Como “povo reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, ela traz em si o mistério do Pai que chama todos a santificar o seu nome e a fazer a sua vontade; guarda o mistério do Filho que, mandado pelo

Pai a anunciar o Reino de Deus, com-vida todos ao seu seguimento; é depositária do mistério do Espírito Santo, que consagra para a missão aqueles que o Pai escolheu mediante seu Filho Jesus Cristo.

Justamente porque a Comunidade eclesial é o lugar onde se exprimem todas as diversas vocações suscitadas pelo Senhor, no contexto do Dia Mundial que terá lugar no próximo 21 de abril, IV domingo de Páscoa, será realizado, na América do Norte, o terceiro Congresso continental para as vocações ao ministério ordenado e à vida consagrada. Tenho a satisfação de dirigir aos promotores e aos participantes dele o meu cumprimento de bons augúrios, e de manifestar viva complacência por tal iniciativa que enfrenta um dos problemas cruciais da Igreja que está na América, e da nova evangelização do Continente. Convido todos a rezar para que esse importante encontro possa suscitar um renovado empenho a serviço das vocações e um mais generoso entusiasmo entre os cristãos do "Novo Mundo".

2. A Igreja é «casa da santidade» e a caridade de Cristo, efundida pelo Espírito Santo, constitui a sua alma. Nela, todos os cristãos se ajudam mutuamente a descobrir e realizar a própria vocação na escuta da Palavra de Deus, na oração, na assídua participação aos Sacramentos e na busca constante da Face de Cristo em cada irmão. Desse modo, cada um – segundo os próprios dons – avança pela estrada da fé, mantém acesa a esperança e age mediante a caridade (cf. *Lumen gentium*, 41), enquanto a Igreja "revela e revive a infinita riqueza do mistério de Jesus

Cristo" (*Christifideles laici*, 55), e faz com que a santidade de Deus entre em todo estado e situação de vida, para que todos os cristãos se tornem operários da vinha do Senhor e edifiquem o Corpo de Cristo.

Toda vocação na Igreja está a serviço da santidade; todavia algumas, como a vocação ao ministério ordenado e à vida consagrada, o fazem de modo todo singular. É para essas vocações que eu convido todos a olhar com particular atenção, intensificando sua oração por elas.

A vocação ao ministério ordenado "é essencialmente um chamado à santidade, na forma que brota do sacramento da Ordem. A santidade é intimidade com Deus, é imitação de Cristo, pobre, casto e humilde; é amor sem reservas às almas e doação pelo seu verdadeiro bem; é amor à Igreja que é santa e nos quer santos, porque essa é a missão que Cristo lhe confiou" (*Pastores dabo vobis*, 33). Jesus chama os Apóstolos "para que estejam com ele" (*Mc 3,14*) numa intimidade privilegiada (cf. *Lc 8, 1-2; 22,28*). Não só os faz partícipes dos mistérios do Reino dos céus (cf. *Mt 13,16-18*), mas espera deles uma fidelidade mais alta e de acordo com o ministério apostólico a que os chama. Exige deles uma pobreza mais rigorosa (cf. *Mt 19,22-23*), a humildade do servo que se faz o último de todos (cf. *Mt 20,25-27*). Pede deles a fé nos poderes recebidos (cf. *Mt 17,19-21*), a oração e o jejum como instrumentos eficazes de apostolado (cf. *Mc 9, 29*) e o desapego: "Recebestes de graça, dai gratuitamente" (*Mt 10,8*). Espera deles a prudência aliada à simplicidade e à inteireza moral (cf.

Mt 10,26-28) e o abandono à Providência (cf. Lc 9,1-3; 19,22-23). Nem deve faltar neles a consciência das responsabilidades assumidas como administradores dos Sacramentos instituídos pelo Mestre e operários de sua vinha (cf. Lc 12,43-48).

A vida consagrada revela a íntima natureza de toda vocação cristã à santidade e a tensão de toda a Igreja-Esposa para Cristo «seu único Esposo»: “A profissão dos conselhos evangélicos está intimamente ligada ao mistério de Cristo, tendo a tarefa de – de certo modo – tornar presente a forma de vida que Ele escolheu, apontando-a como valor absoluto e escatológico” (Vita consecrata, 29). As vocações a esses estados de vida são dons preciosos e necessários que atestam que ainda hoje o seguimento de Cristo casto, pobre e obediente, o testemunho do primado absoluto de Deus e o serviço à humanidade, no estilo do Redentor, representam vias privilegiadas para uma plenitude de vida espiritual.

A escassez de candidatos ao sacerdócio e à vida consagrada, que se registra em alguns contextos atuais, longe de levar a exigir menos e a contentar-se com uma formação e uma espiritualidade medíocres, deve pelo contrário impelir a uma maior atenção à seleção e à formação daqueles que, ao serem constituídos ministros e testemunhas de Cristo, serão chamados a confirmar com a santidade da vida aquilo que anunciarão e celebrarão.

3. É necessário colocar em prática todos os meios para que as vocações ao sacerdócio e à vida consagrada, essenciais para a vida e a santidade do Povo de Deus, estejam continuamente

no centro da espiritualidade, da ação pastoral e da oração dos fiéis.

Os Bispos e os presbíteros sejam, por primeiros, testemunhas da santidade do ministério recebido como dom. Com a vida e com o ensinamento mostrem a alegria de seguir Jesus, Bom Pastor, e a eficácia renovadora do mistério da sua Páscoa de redenção. Tornem visível, com o seu exemplo, de modo especial às novas gerações, a entusiasmante aventura reservada a quem, sobre as pegadas do Mestre Divino, escolhe pertencer completamente a Deus e oferece a si mesmo para que todo homem possa ter vida em abundância (cf. Jo 10,10).

Consagrados e consagradas, que habitam “no coração mesmo da Igreja, como elemento decisivo para a sua missão” (Vita consecrata, 3), mostrem que a sua existência está firmemente radicada em Cristo, que a vida religiosa é “casa e escola de comunhão” (Novo Millennio Ineunte, 43), que no seu humilde e fiel serviço ao homem pulsa aquela “fantasia da caridade” (ib., 50) que o Espírito Santo mantém sempre viva na Igreja. Não esqueçamos que no amor à contemplação, na alegria de servir aos irmãos, na castidade vivida pelo Reino dos Céus, na generosa dedicação ao próprio ministério está a força de toda proposta vocacional!

As famílias são chamadas a desempenhar um papel decisivo para o futuro das vocações na Igreja. A santidade do amor esponsal, a harmonia da vida familiar, o espírito de fé com que se enfrentam os problemas quotidianos da vida, a abertura para os outros, sobretudo os mais pobres, a participação

na vida da comunidade cristã constituem o ambiente adequado para a escuta do divino chamado e para uma generosa resposta por parte dos filhos.

4. “Rogai, pois, ao dono da messe, que mande operários à sua messe” (Mt 9,38; Lc 10, 2). Obedecendo à ordem de Cristo, cada Dia Mundial se caracteriza como momento de intensa oração, que envolve toda a comunidade cristã numa incessante e fervorosa invocação a Deus pelas vocações. Como é importante que as comunidades cristãs se tornem verdadeiras escolas de oração (cf. Novo Millennio Ineunte, 33), capazes de educar para o diálogo com Deus e de formar os fiéis para se abrirem sempre mais ao amor com que o Pai “amou tanto o mundo a ponto de mandar o seu Filho unigênito” (Jo 3,16)! A oração, cultivada e vivida, ajudará a se deixar guiar pelo Espírito de Cristo para colaborar na edificação da Igreja, na caridade. Em tal contexto, o discípulo cresce no desejo ardente de que todo homem encontre Cristo e atinja a verdadeira liberdade dos filhos de Deus. Tal desejo levará o crente a tornar-se, a exemplo de Maria, disponível para pronunciar um «sim» pleno e generoso ao Senhor que chama a ser ministro da Palavra, dos Sacramentos, e da Caridade, sinal vivente da vida casta, pobre e obediente de Cristo entre os homens do nosso tempo.

O Senhor da messe não deixe faltar à sua Igreja numerosas e santas vocações sacerdotais e religiosas!

Pai santo, olha para esta nossa humanidade,
que dá os primeiros passos no caminho do terceiro milênio.
A sua vida ainda é fortemente marcada
pelo ódio, pela violência, pela opressão,
mas a fome de justiça, de verdade e de graça
ainda acha espaço no coração de muitos,
que esperam que tragas a salvação realizada
por ti, por meio de teu Filho Jesus.
Precisamos de arautos corajosos do Evangelho,
de servos generosos da humanidade sofredora.
Manda à tua Igreja, nós te suplicamos,
presbíteros santos, que santifiquem o teu povo
com os instrumentos da tua graça.
Manda numerosos consagrados e consagradas,
que mostrem a tua santidade no meio do mundo.
Manda na tua vinha operários santos, que ajam com o ardor da caridade e, impelidos por teu Santo Espírito,
levem a salvação de Cristo até os últimos confins da Terra.
Amém.

*De Castel Gandolfo,
8 de setembro de 2001.*

Joannes Paulus n. II

Informe CRB

Um outro mundo é possível

Este foi o tema da segunda edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre (RS), de 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002. Dezenas de milhares de pessoas, vindas de 131 países, 16 mil delegados, milhares de ONG's, entidades, movimentos sociais, associações, igrejas, partidos, enfim, uma ampla representatividade em âmbito nacional e internacional marcou presença em atividades distribuídas por 10 localidades da capital gaúcha. O FSM é mais que um espaço aberto ao diálogo e ao debate. Além de um encontro de intercâmbio entre pessoas e idéias, culturas e experiências, o evento significa um caminho aberto para a construção coletiva de um modelo alternativo de sociedade. Seus participantes em uníssono, através das conferências, seminários e oficinas, levantam críticas contundentes à globalização neoliberal, modelo concentrador e excludente, ao mesmo tempo que procuram apontar as vias para uma nova civilização: justa, solidária e fraterna. Uma civilização social e ecologicamente sustentável, plural, democrática e sem exclusão. Se o Fórum Econômico Mundial, em New York, preocupa-se indiscriminadamente com a exploração das riquezas acumuladas, dos recursos do pla-

neta e do trabalho humano, em Porto Alegre a tônica das discussões é a globalização da justiça, da solidariedade e da paz, num mundo recriado pela inteligência humana. Nesta perspectiva, a oficina organizada pela CNBB – Superação da Miséria e da Fome, com o lema Alimento, dom de Deus, direito de todos – representou um momento expressivo dos debates. A sala 204 do edifício 11 da PUCRS tornou-se pequena para a afluência das pessoas interessadas no assunto. A apresentação inicial ficou a cargo do pe. João Roque Rohr. O presidente da CNBB, dom Jayme Chemello, abriu os trabalhos, alertando para o drama da fome e da miséria como um dos maiores escândalos de um país tão rico e de formação cristã. Em seguida, dom Luciano Mendes de Almeida afirmou que o problema não é a falta de comida nem de meios para produzi-la, num país e num mundo de imensas potencialidades. O mais grave é a concentração das riquezas, da renda e da terra em poucas mãos, deixando milhões de seres humanos em total exclusão. Depois, desenvolveu o tema, buscando responder a três questões fundamentais: a) O que está por trás da fome e da miséria, isto é, quais suas causas mais profundas e suas conseqüências mais nocivas? b)

Necessidade de transformações radicais, corajosas e urgentes, tanto do ponto de vista econômico e sócio-político, quanto do ponto de vista cultural; c) Importância de uma auto-avaliação como Igreja e como cristãos, no sentido de reformular nossa prática em favor dos mais excluídos. Por fim, como último expositor, dom Mauro Morelli tomou a palavra para fazer uma retrospectiva das mobilizações nacionais contra a fome e a miséria, nas quais tem participado de forma ativa. A seguir, em tom marcadamente otimista, incentivou os participantes a retomar o caminho da organização, num esforço coletivo de parceria pelo combate à fome e à miséria. O oficina encerrou-se com um debate intenso e participativo, em que se mesclaram diagnósticos, propostas e pistas concretas de ação. Entre estas, sublinhou-se a luta pela convivência com o semi-árido,

através da construção de cisternas, os esforços em favor da construção de moradias populares e de abertura de postos de trabalho, bem como o significado positivo da participação da Igreja, e particularmente da CNBB, nas mobilizações sociais. As mais de 750 oficinas, dezenas de seminários e conferências, os milhares de debates travados e a enorme diversidade de manifestações culturais fizeram de Porto Alegre a capital do pensamento político alternativo, em contrapartida ao chamado "pensamento único" e em perspectiva mundial. O FSM, tanto em sua primeira quanto em sua segunda edição, representa um verdadeiro sinal dos tempos. Sinal de que se pode dizer, alto e bom som, não em termos interrogativos mas afirmativos: *um outro mundo é possível!*

(Fonte: Pastoral Social da CNBB)

O serviço profético à vida

fundamentos bíblicos da pastoral da saúde

PE. JALDEMIR VITÓRIO, SJ

Introdução

A sociedade do progresso e do bem-estar, prospectada pelo neoliberalismo, tem se articulado como sociedade de exclusão. Os benefícios da ciência e da técnica, bem como o acesso aos bens que garantam uma vida minimamente humana, são apanágio de um grupo sempre menor de privilegiados. O aumento do desemprego devido à informatização e robotização das indústrias; a precariedade dos serviços de assistência social, relegados pelo Estado à condição de estorvo ao bom andamento da máquina estatal; o fenômeno da urbanização, devido ao êxodo rural, fruto do descaso como são tratados o campo e a agricultura de subsistência; as condições precárias de vida nas periferias das grandes cidades e nas favelas sem infra-estrutura urbanística; a multiplicação de bolsões de miséria; a falta de educação mínima em termos de higiene, medicina preventiva, meios de controle da natalidade; estrutura hospitalar decadente para os mais pobres, e os planos de saúde acessíveis somente aos ricos tornam cada vez mais pre-

cárias as condições de vida e de saúde de grandes parcelas da população. Somem-se a isto o aumento da tóxico-dependência, o alastramento de doenças para as quais não se conhece meios de cura, o reaparecimento de doenças tidas como já definitivamente controladas, o risco de epidemias de origem desconhecida, e tantas outras formas de deterioração da vida. Mesmo quem possui certos recursos também é vítima do mercantilismo selvagem, cujos tentáculos não poupam o mundo da assistência médica. Não há quem não seja explorado pelos altos custos dos tratamentos médicos, das taxas abusivas a serem pagas para, no final das contas, receber um tratamento incompatível com as necessidades. Fala-se hoje de uma "cultura da morte", cujas maiores vítimas são as chamadas "massas sobrantes" da nossa sociedade.

Colocar-se a serviço da vida e da saúde, nesta sociedade, consiste em assumir uma postura profética na qual sejam denunciadas todas as formas de idolatria, encarnadas na absolutização do lucro e no

consumismo, geradores de doença e morte e, por outro lado, seja proclamado o absoluto do Reino de Deus, no qual todos são chamados a ter vida em abundância. Esta abundância de vida tem sua origem em Deus, que não faz acepção de pessoas (Dt 10,17; Mt 5,45; At 10,34; Rm 2,11), mas se levanta em defesa do fraco e dos pobres por não terem condições de defrontar-se com os ricos e prepotentes.

A Bíblia descreve Deus como o Deus da vida. A marca de sua presença se dá na superação de toda opressão geradora de morte: o egoísmo que leva os indivíduos a se tornarem homicidas; a falta de solidariedade que produz corações insensíveis para as dores e carências do próximo; a ambição que impede os indivíduos de partilhar; enfim, o pecado que está na raiz de toda ação desumanizadora.

O vocábulo bíblico para designar *salvação* (*yesh'a'* – Ex 15,2; Sl 9,15) serve, também, para designar *saúde*. Em latim, *salus* é tanto saúde quanto salvação. Esta correlação terminológica tem sua razão de ser. Não pode existir salvação sem existir saúde. Uma sociedade fundada na morte traz em si as sementes da condenação. Uma sociedade onde a vida não tem primazia está fadada a desaparecer. Salvação e saúde são sinais da presença do Deus da vida. Pôr-se a serviço da vida e da saúde, como fazem milhares de agentes de pastoral da saúde, é colocar-se a serviço de Deus, buscando reverter as estruturas de morte que permeiam nossa sociedade.

O serviço à vida e à saúde, cujos

fundamentos bíblicos serão explicitados, desdobra-se em forma de práticas concretas, nas quais é proclamado o senhorio de Deus sobre a vida humana e seu desígnio para toda a humanidade.

O conceito *vida* é plural, incluindo tanto o aspecto terreno-histórico quanto a dimensão transcendente-escatológica, ou seja, a vida eterna. Interessa-nos, aqui, somente a vida na sua dimensão físico-histórica, à qual se liga o conceito de saúde. A morte, portanto, será tomada no sentido de limite temporal da vida física. O serviço à vida e à saúde será entendido como: preservação e defesa da vida humana; luta para que seja respeitada e incrementada; criação de condições para que uma vida saudável desabroche na existência de cada ser humano da forma mais plena possível; luta para eliminar todos os elementos que põem em risco a vida humana ou diminuem a qualidade de vida dos seres humanos. Em última análise, como criação das condições para que o dom divino concedido a cada pessoa faça transparecer “a imagem e semelhança de Deus”, segundo as quais o ser humano foi criado (Gn 1,26-27).

1. “*Em ti está a fonte da vida*” (Sl 36,10)

A Bíblia abre-se com um grande poema à vida, proclamando Deus como autor da vida (Gn 1). A terra deserta e vazia é preparada para acolher a vida das plantas, dos pássaros, dos seres marinhos e, mormente, do ser humano. Esta vida, comunicada por Deus, tende a tornar-se fecunda e a multiplicar-se. Em todo o orbe terres-

tre, deve pulular a vida. A vida humana, porém, traz em si a marca divina. “Deus criou o ser humano à sua imagem” (Gn 1,27).

Uma segunda imagem plástica da criação da vida humana descreve Deus agindo como oleiro. “Deus formou o homem do pó da terra, soprou-lhe nas narinas o sopro da vida e o homem tornou-se ser vivo” (Gn 2,7; cf. Jô 10,8-9; Sl 139). A vida comunicada ao ser humano tem, portanto, sua fonte em Deus mesmo. O ser humano é assim divinizado já nas origens. A existência humana consistirá em deixar esta vida divina desabrochar e florescer. Cada ser humano, trazendo dentro de si a chama da vida divina, tem como tarefa fazer transparecer a imagem do Criador. O fato de todos os seres vivos serem apresentados a Adão para que este lhes dê um nome simboliza a supremacia da vida humana em relação aos demais seres vivos (Gn 2,19). O ser humano tem uma dignidade especial no conjunto da criação. Esta é a vontade divina.

O profeta Jeremias chama Deus de “a fonte de água viva” (Jr 2,13; 17,13), e o Salmista proclama que nele está “a fonte da vida” (Sl 36,10). Toda possibilidade de vida verdadeira só se encontra em Deus. Ele é o Deus vivo (Js 3,10; Jr 23,36). É inútil pretender obter vida fora dele. Aí só existe morte, e tudo leva à morte.

Só Deus é o senhor da vida e da morte (Dt 32,29). Em suas mãos está a vida de todo vivente (Jô 12,10). Caso se retire do ser humano o alento vital que lhe fora concedido, ele volta a ser pó (Jô 34,14-15). Mas, dando-se-lhe novamente o sopro vital, tudo é recria-

do e a face da terra se renova (Sl 10,4,30; Ez 37,1-14).

Daqui decorre a proibição peremptória de tirar a vida do semelhante. O homicida usurpa um privilégio exclusivo de Deus. Só a ele compete retomar a vida concedida ao ser humano.

O mandamento “não matarás!” (Ex 20,13; Dt 5,17) foi reinterpretado por Jesus de maneira muito severa, restaurando o projeto primordial de Deus. No Sermão da Montanha (Mt 5,21-26), o homicídio é entendido para alguém da morte física. A cólera contra o próximo, bem como a ofensa injuriosa são tomadas na conta de pecado contra o mandamento. Ambas as formas de se insurgir contra o próximo podem redundar em morte, seja moral seja física. É preciso precaver-se de maneira radical para não acabar por se tornar culpado pela morte de alguém.

Os mandamentos e as leis bíblicas, cuja origem era atribuída a Deus mesmo, visavam garantir um teor de vida verdadeiramente humano para todo o povo. Eles regulavam todos os âmbitos da existência humana, enquanto relação com Deus, com o próximo, com a natureza, consigo mesmo. Os mandamentos, por conseguinte, podem ser considerados como o projeto de vida humana querida por Deus.

Como a vida é um dom e os mandamentos uma proposta, cada ser humano é desafiado a optar livremente por eles. O Deuteronômio formula esta eleição da seguinte forma: “Eis que hoje ponho diante de ti a vida com o bem e a morte com o mal. Se escutares o preceito do Senhor... viverás e te multiplicarás... Se o teu coração se desviar e

não escutares... não viverás muito tempo sobre a terra” (Dt 30,15-18). Não existe possibilidade de vida longe de Deus e de seu projeto.

A sabedoria bíblica recomenda o *temor do Senhor* como penhor de vida. “Teme o Senhor e evita o mal! Será saúde para o teu corpo e refrigério para os teus ossos!” (Pr 3,7b-8). O temor do Senhor manifesta-se na obediência a seus mandamentos e na opção pelo projeto de vida proposto por ele. Efetivamente, o respeito aos mandamentos de Deus tem como resultado fazer a vida de Deus brilhar no coração da pessoa fiel.

A doença, por sua vez, era entendida como proveniente de Deus, visando infligir um castigo à humanidade ou a determinada pessoa (Lv 26,14-16; Jô 4,7-9; Sl 32,4; Jo 9,2). Ninguém adoecce contra a vontade divina. Na caminhada pelo deserto, Deus ameaça castigar seu povo com peste (Ex 9,15) e enfermidade (Ex 15,26), para puni-lo por causa da infidelidade.

Porém, também a cura depende de Deus. “Eu causo a morte e restituo a vida, sou eu que firo e sou eu que curo” (Dt 32,39). O povo castigado por Deus através de serpentes venenosas, cujas picadas eram fatais, foi também curado pelo mesmo Deus que ordenou construir uma serpente de bronze. “Quem for mordido e olhar para ela, ficará curado” (Nm 21,9).

A consciência da origem divina das doenças levava as pessoas, em alguns casos, a recorrer a Deus para obter a cura através de jejum (2Sm 12,16), orações (2Rs 20,2-3), oferendas e sacrifícios (Sir 38,11). “Filho, ao adoeceres, não te descuides. Reza ao Senhor e ele

te curará” (Sir 38,9). Só em último lugar devia-se procurar o médico, “pois também a ele o Senhor criou” e as pessoas têm necessidade dele (Sir 38,12). A Bíblia condena a atitude de um rei que, “na enfermidade não recorreu ao Senhor, mas sim aos médicos” (2Cr 16,12).

Em consequência da fé em Deus como fonte da vida, chegou-se a conclusões drásticas sobre o papel do médico. Por isso, a medicina nunca se desenvolveu no antigo Israel, onde a função dos médicos era reduzidíssima. Some-se o fato de tocar em cadáveres e, até mesmo, num túmulo ser motivo de impureza ritual (Mt 23,27), e o poder simbólico do sangue, cujo contato devia-se evitar (Dt 12,23). A única “cirurgia” largamente praticada em Israel era a circuncisão. O médicos ocupavam-se, de maneira especial, com doenças de pele, ferimentos e fraturas. O respeito pela vida impedia-os de ir além.

A figura do médico só foi repensada por Sir 38,1-15 (séc. II a.C.). O médico foi criado por Deus, que o capacitou para prestar seus serviços à humanidade. Porém, não se pode esquecer que “do Altíssimo vem a cura” (v. 2). A ciência divina possuída pelo médico torna-o digno de admiração. Esta ciência permite-lhe conhecer as propriedades terapêuticas das plantas, pois “o Senhor faz sair da terra os remédios” (v. 4). É prudente evitar o pecado para não sofrer, como castigo, a doença (v. 10). Nessas circunstâncias, deve-se recorrer, primeiramente, a Deus, e só em último caso ao médico, quando “chega o momento em que a cura está em suas mãos” (v. 13). O

médico, entretanto, deve estar consciente de que o dom de curar lhe é concedido por Deus e deve ter a humildade de recorrer a Deus para obter este dom (v. 14). Cair nas mãos de um médico é uma forma de castigo pelos pecados. "Quem peca diante do seu Criador, que caia nas mãos do médico" (v. 15).

Um dos efeitos negativos da mentalidade moderna consiste na dessacralização da vida, em todas as suas dimensões. A manipulação da vida em laboratório, sem pautas éticas, a desvalorização da vida manifestada na prática indiscriminada do aborto, da eutanásia, do suicídio, do homicídio, etc., indicam o alto grau de vulgarização com que a vida humana tem sido tratada. Evidentemente, muitos elementos culturais ligados à concepção bíblica do senhorio de Deus sobre a vida humana podem ser considerados ultrapassados e pouco inspiradores para a moderna concepção de vida. Entretanto, privar a vida humana de sua sacralidade própria, esquecendo-se de que está em Deus sua fonte e destino, pode colocar em risco até mesmo a subsistência da vida humana no nosso planeta.

A recuperação da sacralidade da vida humana torna-se uma tarefa urgente. Pôr-se a serviço da vida consiste, em última análise, em proclamar o senhorio de Deus sobre a vida de cada ser humano.

2. "Ai dos que devoram a carne do meu povo" (Mq 3,3)

Na concepção bíblica, a vida do ser humano foi encurtada, depois do pecado (Gn 6,3). É sintomático que a cena do fratricídio de Caim esteja colocada, exatamente, após o relato do pecado de Adão e Eva. Uma vez rompido com Deus, os seres humanos passam a desvalorizar a vida, não temendo, nem mesmo, tirar brutalmente a vida do irmão (Gn 4,1-8). Entretanto, a vida do assassino também não está em segurança. Quem desrespeitou a vida do próximo não pode pretender que sua vida seja respeitada. Daí surge o medo da vingança (Gn 4,1-15) e uma violenta promessa de vingança (Gn 4,24). A *Lei de Talião* (Ex 21,23-25; Lv 24,17-22; Dt 19,13.21), embora nos pareça execrável, corresponde a uma forma de impor limites ao instinto selvagem de eliminar o outro. Jesus inverteu radicalmente esta situação ao ensinar o amor aos inimigos (Mt 5,44).

Se o pecado, falando de modo geral, foi a porta por onde a morte entrou na história da humanidade, são as estruturas sociais injustas que perpetuam a morte na sua face mais perversa.

A morte violenta de Nabot, por obra do rei Acab e sua esposa Jezabel, pode ser tomada como emblemática da morte fruto da injustiça (1Rs 21,1-16). A recusa de Nabot a submeter-se à caprichosa cobiça do rei, determinado a apoderar-se de sua pequena propriedade a qualquer custo, redundou no assassinato vil e bem tramado daquele pequeno proprietário rural, num claro desrespeito ao Deus da vida.

A questão de fundo desta cena é a luta entre duas éticas irreconciliáveis

entre si. De um lado, colocam-se Acab e Jezabel, contaminados pelo culto aos ídolos, no qual a terra se tornou objeto de comércio, não havendo escrúpulos de recorrer aos meios mais perversos para se apropriar dela. Do outro, situa-se Nabot na fidelidade à fé em Javé, segundo a qual a terra é presente de Deus para seu povo. Portanto, devia ser passada como herança de pai para filho, por ser penhor de liberdade e de cidadania. Além disso, a ética javista proibia terminantemente matar. Nabot se aferrou à sua fé e sofreu as consequências de sua fidelidade. Foi fraco para se opor à prepotência do grande. Foi pequeno para fazer frente à arrogância de quem se considerava forte. Foi pobre para enfrentar o rico. Foi simples demais para perceber a malícia da trama em que o enredaram. Foi impotente para fazer seus direitos valerem diante do tribunal. Nabot é símbolo de todos os fracos vítimas da injustiça, cujas vidas são ceifadas de maneira hedionda.

O profeta Elias levantou-se decididamente contra a prepotência do rei, sendo a voz de Deus defendendo a vida dos fracos (1Rs 21,17-24). Seu gesto foi paradigmático! Os profetas que vieram a seguir primaram sua ação pela defesa da vida contra a injustiça dos grandes, em nome da ética javista cujo eixo vertebrador era, exatamente, a garantia da vida.

Respigando a literatura profética, deparamos com uma intransigente defesa da vida.

O profeta *Isaias* não suportava o culto praticado com “as mãos cheias de sangue” (Is 1,15). Esta expressão simbólica aponta para o culto pratica-

do às custas da exploração dos pobres e da privação dos bens mais elementares para sua subsistência. A decodificação da expressão isaiana é encontrada em Sir 34,21-31, que trata da relação entre o culto e a justiça. “O Altíssimo não se compraz nas oferendas dos ímpios... Imola o filho na presença do pai quem oferece sacrifício com os bens do pobre. O pão dos indigentes é a vida dos pobres: quem dele os priva, é sanguinário. É assassino do próximo quem lhe rouba os meios de subsistência; derrama sangue, quem priva o assalariado de seu salário”. O culto agradável a Deus deve ser respaldado pela defesa da vida dos pobres. Sem isto, o culto é vazio, e rejeitado por Deus.

Quem atenta contra a vida alheia e não a respeita, também “será devorado” (Is 1,20). Jerusalém tornou-se uma terra de “assassinos”, incapazes de julgar com justiça “a causa do órfão e o processo da viúva” (Is 1,21-24). Está fadado à morte quem “despoja o pobre”, “esmaga o povo”, “calca aos pés o rosto dos pobres” (Is 3,14-15), derrama “o sangue no meio de Jerusalém” (Is 4,4), faz violência contra os pobres e os leva a dar “gritos de aflição” (Is 5,7), “afasta os humildes do julgamento, priva do direito os pobres, faz das viúvas suas presas, rouba os órfãos” (Is 10,2).

O profeta *Jeremias* insurgiu-se contra o rei, a quem competia estabelecer a justiça. O rei Joaquim não estava minimamente preocupado com a justiça. Por isso, fazia os operários da construção civil trabalhar para ele sem receber o devido salário (Jr 22,12), agindo de maneira contrária a seu pai Josias,

rei justo e respeitador dos pobres (Jr 22,16). Joaquim, pelo contrário, só sabia “derramar sangue inocente e praticar a opressão e a violência” (Jr 22,17). Em outras palavras, era um rei posto a serviço da morte. O profeta anteviu seu destino: “ser sepultado como um jumento”, sem ter quem o lamentasse (Jr 22,18-19).

A crítica aos reis – pastores de Israel – é retomada pelo profeta *Ezequiel* (Ez 34). Os reis (pastores) de Judá não se preocupavam com o bem-estar e a segurança do povo (rebanho). “Não fortaleciam a ovelha fraca, não curavam a ovelha doente, nem enfaixavam a ovelha quebrada”(v. 4). As ovelhas se tornaram “presas dos animais selvagens” (v. 5.8). Serviam-se das ovelhas como seu próprio alimento (v. 10). Entre as ovelhas a situação era de opressão de umas contra as outras: as fortes contra as mais fracas (v. 18-19.21), as gordas contra as magras (v. 20). Deus em pessoa haveria de vir salvar suas ovelhas da sanha assassina dos maus pastores (v. 7-16).

O profeta *Oséias* coliga a situação de morte e desrespeito à vida, na sociedade de sua época, com a falta de “fidelidade, de amor e conhecimento de Deus no país” (Os 4,1). O projeto de Deus e as exigências da Aliança tinham perdido seu significado para os governantes de Israel. Seu modo de pensar estava contaminado pela cultura idolátrica (Os 2,18-19). O desrespeito à vida parecia-lhes coisa normal. Resultado: “aumentam as maldições, as mentiras, os assassinatos, roubos e adultérios, os derramamentos de sangue se sucedem” (Os 4,2). A vida não goza de valor algum e não é fácil de

assegurá-la. Este desrespeito à vida irrita o profeta que antevê um futuro aterrador para o país e seus habitantes (Os 4,3).

O profeta *Amós* foi um campeão na defesa dos direitos humanos, ou seja, do direito à vida. Sua denúncia não se limitou às barbáries cometidas em Israel. Ele era consciente do desrespeito à vida também fora de Israel. As denúncias contra as nações vizinhas de Israel estão concentradas em Am 1,3-2,3. Damasco é censurada porque “esmagou Galaad com debulhadoras de ferro” (1,3). Gaza “deportou populações inteiras para entregá-las a Edom” (1,6), atitude semelhante à de Tiro (1,9). Edom “perseguiu à espada seu irmão e sufocou sua misericórdia, guardou para sempre sua cólera e conservou para sempre seu furor” (1,11). Amon “abriu as entranhas das mulheres grávidas de Galaad” (1,13). Moab desrespeitou a memória do rei de Edom mandando queimar seus ossos até ficarem calcinados (2,1). Todos estes reinos estavam fadados a ser destruídos pelo fogo (1,4.7.10.12.14; 2,2). Crimes tão hediondos contra a vida humana não poderiam ficar sem a devida punição.

A situação em Israel, porém, não era muito diversa. Aí também os direitos humanos mais elementares eram conspurcados (Am 2,6-8; 8,4-8). O justo era vendido a preço de prata. O pobre valia tanto quanto um par de sandálias. Os fracos eram esmagados. Os humildes não tinham como fazer valer seus direitos. As jovens eram vítimas de abusos sexuais. Objetos adquiridos por via de extorsão eram utilizados nos santuários. A opulência dos ricos (Am

3,15; 6,4-6) era obtida às custas da exploração dos fracos e do esmagamento dos pobres (Am 4,1), da opressão dos indigentes (Am 5,11), da hostilidade contra os justos (Am 5,12).

A sorte futura de Israel não seria muito diferente daquela dos povos vizinhos. O castigo viria em forma de uma implacável destruição de quem não respeitava a vida (Am 2,13-16). O bem-estar desta gente estava para ter um fim (Am 3,15). Seu destino seria amargar o exílio (Am 4,2-3; 6,7), sendo também vítimas da opressão (Am 6,14). Só a conversão ao *direito* e à *justiça* poderia livrar os malvados do castigo iminente (Am 5,15,24).

O profeta *Miquéias* insurgiu-se contra o que se pode chamar de antropofagia, cometida contra o povo. Ele denunciou quem "arranca a pele e a carne dos ossos, devora a carne do povo, arranca-lhe a pele, quebra-lhe os ossos, corta-os como pedaços na panela e como carne dentro do caldeirão" (Mq 3,2-3). Este atentado contínuo contra a vida do povo, a ponto de reduzi-lo a presa fácil da voracidade dos grandes, era perpetrado de formas variadas: concentração de bens pela espoliação da propriedade alheia, ficando as pessoas sem meios para sobreviver (Mq 2,2), venda das pessoas como escravas (Mq 2,9), prática desapiadada da injustiça (Mq 3,9-10), suborno no comércio (Mq 6,10-11), recurso à violência e à falsidade (Mq 6,12), desprezo pela vida alheia (Mq 7,2), difusão da venalidade (Mq 3,11; 7,3), falta de respeito mútuo e corrupção das relações sociais (Mq 7,5-6).

Não é de se admirar a previsão ca-

trastófica para o futuro de quem demonstra insensibilidade diante da vida humana. "Eis que planejo contra essa gente uma desgraça, da qual não poderão livrar os pescoços, nem caminhar de cabeça erguida, porque será um tempo de desgraça" (Mq 2,3).

Na defesa intransigente da vida, os profetas colocavam-se ao lado dos órfãos, das viúvas, dos pobres e dos estrangeiros. Esta atitude coincidia com os ensinamentos do Deuteronômio, cuja sensibilidade para com as vítimas da marginalização social e da injustiça era patente (Dt 10,18; 24,17-22; 26,12). "Maldito quem violar o direito do estrangeiro, do órfão e da viúva" (Dt 27,17).

Pôr-se a serviço da vida e da saúde do povo corresponde a refazer a trilha aberta pelos profetas. A fidelidade ao Deus da vida está na raiz desta atitude ousada de remar contra a maré.

Deus, porém, não quer salvar a vida dos pobres e indefesos pela eliminação, pura e simples, dos ricos e prepotentes. Aqui vale o princípio tantas vezes enunciado na literatura profética: "Deus não quer a morte do pecador mas que se converta e viva" (Ez 18,23-32; 33,11; cf. Is 55,7). Viver, neste caso, corresponde a colocar-se a serviço da vida e não a serviço da morte. Quem realmente vive é um defensor incansável de seus semelhantes, especialmente daqueles cujas vidas são mais ameaçadas.

3. “Ser-te-ão dados muitos anos de vida e paz” (Pr 3,2)

O conceito bíblico de vida está intrinsicamente ligado com os conceitos *justiça* e *paz*. De certo modo, estes são pré-requisitos para se garantir um teor de vida verdadeiramente humano para o povo.

A literatura profética mostra sobejamente como a injustiça é fator de morte ou, no mínimo, desrespeito à vida humana, com a conseqüente diminuição do tônus vital dos indivíduos.

Somente pela implantação da *justiça* poderá ser garantido um teor de vida verdadeiramente humano para a sociedade. Cabe aos governantes, de maneira especial, colocar-se a serviço da justiça. O rei deve “amar a justiça e detestar a iniquidade” (Sl 45,8). Lutar para banir do país os ímpios e malfeitores” (Sl 101,8), pois “seu trono se apóia sobre a justiça” (Pr 16,12; 25,5). Agindo assim, “terá um trono estável para sempre” (Pr 29,14). O rei Salomão implorou a Deus que lhe concedesse sabedoria de modo a poder governar o povo com justiça (1Rs 3,9; Sb 9,12). A ação do rei deve espelhar-se no modo de agir de Deus que é “pai dos órfãos e defensor das viúvas” (Sl 68,6), que “governa o mundo com justiça e os povos com equidade” (Sl 96,13; 98,9).

O apelo profético em favor da justiça é também um grito em favor da vida. O rei que governa com justiça traz prosperidade e vida para o povo (Is 32,1-8). Os cegos passam a ver e os surdos a escutar (v. 3). As pessoas passam a ter discernimento e os mudos falam (v. 4). Os insensatos e impostores não têm vez (v. 5-7). Sobretudo, os

pobres aprendem a defender seus direitos (v. 7).

O quadro de injustiças que atentam contra a vida será revertido por obra do Messias que firmará seu trono “no direito e na justiça” (Is 9,6) e “julgará os pobres com justiça e decidirá com retidão em favor dos humildes da terra” e “ferirá o opressor com a vara de sua boca e matará o perverso com o sopro de seus lábios” (Is 11,4). A ação justa do futuro Messias consistirá em garantir a vida dos pobres e oprimidos, defendendo-os contra a ação espoliadora dos opressores.

Da mesma forma que a *justiça*, o conceito de vida coliga-se também com o de *paz*. Paz é uma forma precária de traduzir o vocábulo hebraico *shalom*, cujo conteúdo semântico não é abarcado pelo vocábulo português. O *shalom* resulta de condições sociais, econômicas, políticas e religiosas tais que cada pessoa é respeitada na sua dignidade e dispõe de tudo quanto for necessário para uma existência humana digna. Esse substrato do *shalom* bíblico supera, em muito, uma visão de paz como ausência de conflitos e tensões, fruto do massacre dos oprimidos. *Shalom*, cuja raiz significa ser completo, inteiro, é a expressão de uma vida de perfeita integração em todos os âmbitos e níveis, provindo daí os bens ansiados por qualquer ser humano. *Shalom* é, portanto, sinônimo de vida abundante, feliz, próspera e segura, apontando para o bem-estar em todos os sentidos.

Quando alguém goza de boa saúde, diz-se estar em paz. Quando o corpo está doente é porque lhe falta *shalom*. A expressão “não existe nada de são

nos meus ossos”, no Sl 38,4, traduz o hebraico “não existe *shalom* nos meus ossos”. Quando se quer saber como está a saúde de alguém, pergunta-se: “como vai indo o *shalom* de fulano?” (Gn 43,28). Morrer numa idade avançada é morrer com *shalom* (Gn 25,8). Pelo contrário, morrer na flor da idade é sinal da maldição divina. Esta visão foi superada quando se percebeu ser possível alcançar a perfeição ainda na juventude (Sb 4,7-19).

Os profetas denunciaram o *shalom* anunciado pelos profetas venais. Miquéias não suportava que anunciassem paz, quando se lhes dava algo para comer, prescindido da situação deplorável em que vivia o povo (Mq 3,5). Ezequiel se insurgiu contra quem desnorteava o povo proclamando *shalom*, quando não existia *shalom*, e a injustiça corria solta com graves conseqüências para a vida do povo (Ez 13,10). Jeremias seguiu esta mesma trilha (Jr 6,14). O *shalom* prometido não passava de puro terror (Jr 8,15).

A justiça e a paz, enquanto fautoras de vida, estão em estrita correlação com a *misericórdia* e a prática do *direito* (Mq 6,8; Am 5,24), bem como com a *fidelidade* absoluta aos preceitos do Senhor (Os 4,1; Is 48,1; Zc 8,19). A sociedade fundada na justiça e na paz foi vislumbrada pelo profeta Isaías, que falava em “novo céu e nova terra” (Is 65,1-25). Aí não haveria crianças que morressem prematuramente, nem pessoas idosas que não chegassem a uma idade plenificante. Uma pessoa com cem anos poderia considerar-se ainda jovem. Não chegar a esta idade seria sinal de castigo divino.

O serviço à vida e à saúde tem uma vertente necessária de luta pela justiça donde brota o shalom. Este serviço deve levar em consideração as estruturas sociais, econômicas e políticas onde a vida acontece. A luta pela superação das estruturas geradoras de doença e morte, em outras palavras, das estruturas injustas, é uma dimensão indispensável do serviço à vida.

4. “Setenta anos é a duração de nossa vida; oitenta anos, se é robusta” (Sl 90,10)

A Bíblia sublinha a brevidade e a precariedade da vida humana: “Tu és pó e ao pó hás de voltar” (Gn 3,19). Esta sentença divina para a humanidade marcada pelo pecado mantém-se inalterada, pois o ser humano “não passa de carne e seus dias serão de cento e vinte anos” (Gn 6,3). Quando o faraó do Egito perguntou a Jacó qual era sua idade, este respondeu: “Cento e trinta são os anos da minha peregrinação. Poucos e difíceis foram os anos de minha vida e não chegaram a igualar os anos vividos por meus pais em suas peregrinações” (Gn 47,7-9). O Sirácida limita a vida humana a cem anos, no máximo; “para cada um é imprevisível o tempo do sono da morte” (Sir 18,9). E o Salmista sabe que “setenta anos é a duração de nossa vida; oitenta anos, se é robusta” (Sl 90,10).

A vida humana é comparável ao capim e à flor do campo que, com extrema facilidade, secam e fenecem (Is 40,6-8; IPe 1,24); basta um simples vento para serem reduzidos a nada (Sl 103,15-16).

O Salmista constata: “Meus dias se esvaem como a sombra, e eu seco como a erva” (Sl 102,12). Da mesma forma o Sirácida: “Como a folhagem verdejante sobre uma árvore frondosa ora cai e ora brota de novo, assim as gerações de carne e de sangue: morre uma, outra aparece” (Sir 14,18).

A temporalidade da vida humana é o espaço da provação da fidelidade a Deus. Se é verdade que “o justo vive da fidelidade” (Hab 2,4; Rm 1,17; Gl 3,11), a doença e o sofrimento podem se tornar circunstâncias nas quais a fé é submetida a um processo de purificação.

A terrível experiência de sofrimento pela qual passou Jó, “homem íntegro e reto” (Jó 1,2) situa-se nesta perspectiva de prova. Satanás estava convencido de que a conduta irrepreensível de Jó devia-se ao fato de tudo ir bem para ele. Bastaria ser submetido à provação para que essa retidão desabasse. Então, Deus permitiu a Satanás infligir a Jó a perda dos familiares, dos bens e da saúde. “Ele feriu Jó com chagas malignas desde a planta dos pés até ao alto da cabeça” (Jó 2,7). É bem conhecida a história de Jó e sua recusa de aceitar a doutrina tradicional: todo sofrimento é decorrência de alguma falta cometida. Afinal, deve contentar-se com o mistério que envolve a vida humana, no qual o enigma da dor, especialmente em se tratando de pessoas tementes a Deus, fica sem explicação (Jó 40). O justo Tobias foi posto à prova, através da doença, apesar de sua imensa caridade (Tb 12,13).

A doença também se constitui em motivo para a pessoa educar-se no temor do Senhor. O “leito da enfermidade com a agonia incessante” pode ser instrumento de correção (Jó 33,19).

Jesus superou a perspectiva segundo a qual a doença é considerada como castigo de Deus (Sl 32,4; Jô 4,7-9). Afinal, ela pode se tornar um meio para se “manifestarem as obras de Deus” (Jo 9,3), ou seja, pode “destinar-se à glória de Deus” (Jo 11,4).

Em muitas circunstâncias, o serviço à vida consistirá em ajudar as pessoas a compreender os limites e a precariedade da vida humana, e a transcender as circunstâncias da doença e do sofrimento. A experiência da enfermidade e da dor pode ser vivida numa perspectiva realizadora quando considerada numa perspectiva de fidelidade a Deus.

5. “A saúde e a boa forma física valem mais que todo ouro”

(Sir 30,15)

A sabedoria bíblica oferece conselhos práticos em vista da boa conservação da vida e da saúde. O Sirácida aconselha a não exceder-se na comida (Sir 31,19-24; 37,29-31). A pessoa educada come pouco. Por esse motivo, dorme sem dificuldades e tem um sono sadio. Comer demais pode provocar insônia, náuseas e cólicas. O excesso de comida obriga a pessoa a provocar vômito. A falta de sobriedade na bebida é também um perigo (Pr 20,1; 23,20-21.29-35; Sir 31,25-31). A intemperança pode causar doenças, e até a morte. A temperança, ao contrário, prolonga a vida das pessoas.

Por sua vez, Pr 23,6-8 aconselha a não cobiçar as iguarias da mesa do ímpio, pois esse alimento está fada-

do a ser expelido pelo vômito.

A saúde corporal depende também das condições psicológicas da pessoa. “Um coração alegre faz bem ao corpo, mas o espírito abatido resseca os ossos” (Pr 17,22).

A saúde é um bem inestimável. “É preferível ser pobre mas ter uma constituição sadia e vigorosa do que ser rico, mas flagelado no corpo pela doença” (Sir 30,14). “A saúde e a boa forma física valem mais do que todo o ouro e um espírito vigoroso, mais que uma imensa fortuna” (Sir 30,15). “Não há riqueza preferível à saúde do corpo” (Sir 30,16). A radicalidade desta consciência manifesta-se nessa máxima: “É melhor a morte que uma vida amargurada, e o repouso eterno que uma doença crônica” (Sir 30,17). A situação de um doente, que não tem vontade de comer, é lamentável. Pôr-lhe diante uma boa comida, é como colocar oferenda de alimentos sobre os túmulos, para os mortos (Sir 30,18).

Pôr-se a serviço da vida e da saúde, num contexto tão marcado pela doença e pela morte, é uma vertente importante da sabedoria. Só quem é verdadeiramente sábio reconhece o quanto é importante uma humanidade saudável.

A sabedoria inclui ter hábitos de vida saudáveis, mas também preocupar-se para que todos tenham condições humanas de vida, que implicam ter moradia decente, assistência médica, educação para prevenir-se contra as doenças. Ser sábio é investir na construção de uma sociedade onde haja mais vida e saúde.

6. “Jesus curava toda enfermidade e doença” (Mt 9,35)

É na prática de Jesus que o serviço à vida e à saúde encontra sua fonte de inspiração e seu fundamento último. Este serviço justifica-se, na vida do cristão, como cumprimento de uma tarefa para a qual se sente chamado pelo Senhor. Por outro lado, as motivações do agente de saúde identificam-se com aquelas de Jesus: construir o Reino de Deus.

Um elemento fundamental da ação de Jesus enquanto serviço ao Reino consistiu em curar as doenças, recuperando a vida humana periclitante. Pregar o evangelho do Reino e curar (Mt 4,23; 9,35) eram as duas vertentes da ação de Jesus.

Por onde passava, deixava o rastro de sua presença curadora. A simples presença de Jesus suscitava uma espécie de histeria coletiva por parte dos doentes. “Todos os que sofriam de algum mal se lançavam sobre ele, para o tocar” (Mc 3,10). Ele curava qualquer tipo de mal (Mt 8,16; 12,15; Lc 4,40). “Uma multidão o rodeou trazendo consigo coxos, aleijados, cegos, mudos e muitos outros e os estenderam a seus pés. E ele os curou” (Mt 15,30; cf. Lc 5,15; 7,21). Este serviço à vida era uma espécie de imperativo para Jesus. E o levava a sentir-se livre em relação à tradição do repouso sabático quando tinha diante de si alguém necessitado de sua ajuda, para irritação e escândalo de seus inimigos (Mt 12,10; Mc 1,32-34; 3,1-6; Lc 6,7; 13,14).

A contemplação das multidões repletas de doentes suscitava a compaixão de Jesus. Uma força interior o impelia a curar a todos sem distinção (Mt 14,14; 19,2). É como se uma força curativa fluísse do mais profundo de seu ser. No episódio da mulher curada de uma he-

morragia crônica, Jesus constatou: “Alguém me tocou! Senti sair de mim uma força” (Lc 8,46).

A presença de Jesus na história humana tem a finalidade de garantir vida para todos, sem distinção, pois ele é a fonte da vida (Jo 1,4), a vida (Jo 14,6) e, a exemplo do Pai, “fazedor de vida” (Jo 5,21). Ele veio ao mundo “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

A ação taumatúrgica de Jesus foi interpretada numa linha messiânica. Os profetas indicaram a recuperação da vida e da saúde como sinal da presença do Messias na história de Israel. Com a chegada do Messias, os cegos haveriam de enxergar, os surdos ouviriam, os coxos caminhariam sem dificuldade, os mudos gritariam de alegria (Is 35,5-6). A ação do Messias Jesus desenrolou-se em perfeita sintonia com a esperança de Israel. Entretanto, a tradição evangélica interpreta-a a partir do paradigma do Servo Sofredor. No evangelho de Mateus, o Servo não é entendido na condição de quem toma sobre si as enfermidades e as dores da humanidade – sofrimento vicário –, como é referido em Is 53,4. O evangelista refere-se a Jesus-Servo como quem liberta as pessoas de suas enfermidades e afasta delas suas doenças (Mt 8,17). O serviço messiânico de Jesus consiste, assim, em libertar a humanidade de tudo quanto deteriora a vida humana.

Quando Jesus enviou os apóstolos, confiou-lhes a tarefa de dar continuidade à sua missão. Isso comportaria “curar os enfermos, ressuscitar os mortos, limpar os leprosos e expulsar os demônios” (Mt 10,8; cf. Lc 9,1-2). Os apóstolos cumpriram a missão que lhes foi confiada “curando por toda parte” (Lc 9,6). Tam-

bém por ocasião do envio dos setenta e dois, Jesus recomenda-lhes curar os enfermos por ventura existentes na casa que lhes dá hospedagem (Lc 10,9).

Já nos primórdios da comunidade cristã, encontramos os apóstolos realizando curas em nome de Jesus (At 3,6-8; 8,7; 28,9), “até o ponto de trazerem para as ruas os doentes, colocando-os nos leitos e em macas para que, chegando Pedro, ao menos sua sombra os cobrisse” (At 5,16). Diz-se de Paulo que “Deus operava milagres extraordinários por suas mãos, a tal ponto que bastava que se aplicassem sobre os doentes lenços e panos que houvessem tocado o seu corpo; então, as doenças os deixavam e os espíritos maus se retiravam” (At 19,11-12). O apóstolo Paulo reconhece, entre os dons concedidos pelo Espírito à comunidade de Corinto, o dom de curar as doenças (1Cor 12,9.28.30). A carta de Tiago refere-se ao cuidado pastoral com os enfermos, cuja saúde e perdão dos pecados procurava-se obter “ungindo-os com óleo em nome do Senhor” (Tg 5,14-15).

O serviço à vida e à saúde situa-se no âmbito do serviço ao Reino, nos moldes do ministério de Jesus. A irrupção do Reino de Deus na história humana supõe abundância de vida para todos, sem distinção. Toda ação visando promover a qualidade de vida do povo representa o esforço de fazer o Reino fincar raízes na História. Em outras palavras, significa levar adiante o projeto do Jesus-Servo, cuja ação teve como meta a recuperação da vida humana em todo o esplendor querido por Deus.

Conclusão

O texto bíblico fundamenta as várias dimensões do serviço profético à vida e à saúde, levado a cabo pelos agentes da pastoral da saúde. A *dimensão teológica* funda-se na origem divina da vida humana. A vida é o dom mais precioso oferecido por Deus à humanidade, criada “à sua imagem e semelhança”. A *dimensão cristológica* do serviço à vida e à saúde resume-se no fato de os agentes saberem-se chamados e incumbidos de uma tarefa pelo próprio Jesus, em cuja ação devem se inspirar. A *dimensão profética* consiste nos servidores da vida e da saúde, encontrando-se num mundo marcado pela cultura da morte, trilharem os caminhos dos profetas bíblicos, cuja denúncia da injustiça ecoa até hoje. O profetismo do serviço à vida tem um caráter marcadamente contracultural, por seu empenho de construir uma sociedade onde seja garantida vida saudável para todos. A *dimensão antropológica* assenta-se no projeto cristão de humanidade cujas pautas norteiam o serviço à vida. O ser humano é ser de relações, aberto para o trans-histórico, não limi-

tado pelas coordenadas espaço-temporais. Até mesmo o sofrimento, a doença e a morte projetam-se nesta direção. A *dimensão eclesiológica* evoca a missão da Igreja de jogar-se toda ao serviço da vida e da saúde, de forma a haver “vida abundante para todos”. Este serviço projeta-se para além do assistencialismo e do paternalismo, e visa a recuperação da dignidade humana, libertando-a de toda forma de cativo. A *dimensão política* justifica-se pelo esforço cristão de construir um mundo – *pólis* – de fraternidade, onde a vida e a saúde sejam garantidas para todos. O mundo inteiro deve ser transformado para que o ideal cristão de Reino se concretize! Servir à vida e à saúde, por conseguinte, significa empenhar-se para que o projeto de Deus se faça verdade na história humana.

Pe. Jaldemir Vítório, SJ

Endereço do autor:

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127, Planalto
Caixa Postal 5047 - CEP 31611-970

31720-300 - BELO HORIZONTE - MG

Tel.: (31) 3499-1624 e Fax: 3499-1611

E-mail: vitoriosj@hotmail.com

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 Porque as condições de vida e saúde de grandes parcelas da nossa população são hoje cada vez mais precárias?
- 2 Que significa assumir uma postura profética nesta situação?
- 3 Quais são os efeitos perversos da atual desacralização da vida em todas as suas dimensões? Como trabalhar esta questão a luz dos textos bíblicos?
- 4 Como pode a sua comunidade colocar-se profeticamente a serviço da vida e da saúde do povo? Que medidas concretas deve tomar para que isso aconteça?

II Fórum Social Mundial (FSM)¹

PADRE JOSÉ ERNANNE PINHEIRO

O lema do Fórum: Um Outro Mundo é possível

O lema já propõe a superação do pensamento único no neoliberalismo vigente. Uma característica central do II Fórum – unidade em processo numa imensa diversidade, abrindo caminhos de esperança de um mundo novo em todos os campos do saber, em todos os níveis da vida humana.

- “O mundo do outro é possível”, estudaram os psicólogos nas Oficinas.
- A “economia solidária é possível” foi matéria de Conferências e Seminários.
- “Outro tipo de justiça é possível” – refletem os juristas em várias Oficinas e chegam mesmo a criar durante o Fórum a “Associação de Advogados para a Democracia”.
- “Outra maneira de integração na globalização é possível”, chamada de **Globalização Ética**, em novos moldes geopolíticos. Esta perspectiva do FSM lhe dava autoridade para questionar os riscos que corremos com a proposta da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA).
- “No meio rural outra maneira de viver é possível” – muitos Seminários

sobre a segurança alimentar, a agricultura familiar e a busca de um mundo livre de transgênicos...

- Em suma, a busca de paz, baseada na justiça e na solidariedade, com a convicção militante de que “um mundo sem guerra é possível”.

Instrumento privilegiado de persuasão

Na contra-capa do Programa Oficial do Fórum, lemos: “Não é preciso que todos falem a mesma língua; basta compartilhar os mesmos sonhos”. Se sonharmos juntos podemos torná-lo realidade. Os FSM estão se tornando um **instrumento privilegiado de persuasão**. Os caminhos vão se fazendo ao andar. As visões vão se clareando em meio às pedras do caminho. O Comitê de entidades brasileiras, após avaliar o I FSM, considerou necessário e legítimo, estabelecer uma **Carta de Princípios**, que consolidem as suas decisões e definam as orientações e a filosofia do Fórum. A título de exemplificação, cito aqui quatro dos seus artigos: artigos 4, 8, 9, 10.

Artigo 4: As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-

¹ Comitê organizador:

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- ATTAC-Brasil – Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
- CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
- CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ainda: o Comitê Gaúcho; o Conselho Brasileiro do FSM e o Conselho Internacional do FSM

se a um processo de globalização capitalista comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos(as) cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

Artigo 8: O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo. Ele não se constitui, portanto, em instância de poder, a ser disputado pelos(as) participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

Artigo 9: O Fórum Social Mundial assume a democracia como caminho para resolver politicamente os problemas da sociedade. Como espaço de encontro, ele está aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, raças, etnias e culturas.

Artigo 10: O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da história e ao uso da vi-

olência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, raças, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro”.

Justiça, Paz e Solidariedade

O Fórum Social Mundial nasceu com um desejo forte de oferecer propostas alternativas (“outro mundo é possível”) às teses do Fórum Econômico Mundial, em Davos/Suíça, onde os senhores do poder e do dinheiro decidem o futuro do mundo. Por isso, a tônica do FSM 2001 foi a busca de justiça social. Os acontecimentos de 11 de setembro, nos Estados Unidos, no entanto, provocaram novas inquietações. **Nova Iorque** (a Davos, neste ano) e **Porto Alegre**, em segunda edição, representam o confronto de dois projetos bem diversos. Muito bem o expressou o nosso poeta Pedro Terra, no final do II FSM: “... Em Nova Iorque, o poder e o medo. Porto Alegre, a liberdade. A palavra tecendo sonhos, como agulhas urdindo um tapete sem desenho prévio... Trazemos a vocação do diverso. Do libertário. A vocação do humano. Recusamos a branca ordem de Davos, o poder e o medo de Nova Iorque...Somos a desencontrada polifonia das vozes do Sul e do Norte que rejeita a marcha fúnebre do mercado. A solidariedade é o ar que sustenta as esperanças... a frágil possibilidade de que um outro mundo é possível”.

Os dois Fóruns se realizaram nos

mesmos dias – um, na capital financeira do mundo, Nova Iorque, e o outro, em Porto Alegre. Um tratando da eficiência administrativa das empresas, da liderança dos processos de produção, das novas formas de desregulamentação e do desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de obter mais lucro com menores custos e concentrar as riquezas e os bens da terra (o que significa tratar da pobreza do mundo, neste Fórum econômico, como aconteceu neste ano ?).

Em Porto Alegre, o FSM 2002 busca, prioritariamente, alternativas para um mundo mais humano. Para tanto, também estavam presentes temas políticos, econômicos... embora o enfoque, a seiva das idéias é bem diversa. Importante constatar que os dois estão preocupados com a paz do mundo; mas enquanto uns se preparam para a paz (!) fazendo a guerra, os outros acreditam na força da Paz baseada na Justiça e na solidariedade – a paz como obra da justiça. Tudo ainda em processo, há longo caminho a ser feito.

Faz lembrar a experiência do grão de mostarda do Evangelho, “a menor de todas as sementes da terra, quando semeada, cresce e torna-se maior que todas as hortaliças, e deita grandes ramos, a tal ponto que as aves do céu se abrigam à sua sombra” (Mc 4,31-32).

Duas **metáforas** marcaram o final do II Fórum, em Porto Alegre: a **barquinha**, na carta do Secretário da ONU, o Sr. Kofi Annan; e os **sinos** que tocam pela morte da justiça, no texto do literato José Saramago.

Kofi Annan, em sua missiva, diz: “Na verdade, nossa planeta parece, para um número cada vez maior de

pessoas, como um barquinho arrastado por um temporal enfurecido, através de águas desconhecidas, com cada vez mais pessoas aglomeradas a bordo, tentando desesperadamente sobreviver”. A imagem do barquinho sob a tempestade nos lembra que a causa da humanidade é comum, os perigos são comuns e a salvação é também um projeto coletivo.

José Saramago evidencia que a humanidade deve ouvir com a devida atenção os sinos que dobram pela morte da justiça e tomar posição enquanto há tempo. “...Houvesse esta justiça, e a existência não seria, para mais da metade da humanidade, a condenação terrível que objetivamente tem sido”. E dá um crédito aos Movimentos sociais: “Estes sinos novos cuja voz se vem espalhando, cada vez mais forte, por todo o mundo são os múltiplos movimentos de resistência e ação social, que pugnam pelo estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa que todos os seres humanos possam chegar a reconhecer como intrinsecamente sua, uma justiça protetora da liberdade e do direito, não de nenhuma das suas negações”...

Objetivo atingido: os números do Fórum falam alto

Cândido Grzybowski, do IBASE, membro da equipe de coordenação do Fórum, diz para a imprensa no final do evento – “Nosso principal objetivo foi atingido: repor na agenda do mundo a discussão sobre globalização e a necessidade de mudar a lógica que garante todo direito ao mercado e reconhecer a prioridade dos seres humanos e da natureza na construção do desen-

volvimento". Os números do Fórum falam alto:

- 51,3 mil participantes credenciados
- 35 mil ouvintes cadastrados
- 131 países presentes
- 3 mil profissionais de imprensa
- 15.230 delegados representantes de organizações da sociedade civil;
- 4.909 organizações ;
- 15 mil participantes no acampamento intercontinental da juventude
- 2,5 mil crianças registradas no Forunzinho, com 800 educadores voluntários .

Delegações mais numerosas:

- **Itália:** 979 delegados e 406 organizações;
- **Argentina:** 924 delegados e 274 organizações;
- **França:** 682 delegados e 224 organizações;
- **Uruguai:** 465 delegados
- **Estados Unidos:** 406 delegados e 166 organizações.

Fonte: Comitês internacional e nacional

A configuração do II Fórum Social Mundial (FSM)²

O programa do FSM 2002:

Conferências (27):

Dirigidas a delegados/as têm por objetivo mostrar propostas, plataformas e alternativas que estão sendo discuti-

das por redes, movimentos e organizações da sociedade civil.

Seminários (80):

Definidos pelo Conselho Internacional e o Comitê Organizador Brasileiro e tem por finalidade permitir a identificação, a elaboração e o aprofundamento em torno das temáticas específicas, bem como o debate público e a socialização de reflexões estratégicas.

Oficinas (em torno de 700):

Permitem o encontro, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de grupos, coalizões e redes.

Testemunhos (no final de cada dia):

Depoimentos prestados por grandes personalidades cuja trajetória de vida pode ser considerada patrimônio da humanidade ou expressão importante dos valores do FSM.

Programação Cultural:

Espaço aberto para eventos culturais que fortaleçam a mensagem e a identidade pública do FSM como evento político-cultural. Algumas das expressões culturais realizadas, além das iniciativas no anfiteatro "Pôr do sol": feiras de artesanato; livrarias com lançamento de livros novos; debates políticos; espaços para alimentação alternativa; campos de danças regionais; capoeira; sarau de poesias...

Dois atos públicos ou caminhadas pelas ruas de Porto Alegre possibilitaram o encontro dos delegados com a cidade, numa expressão de massa:

² Quase impossível de açambarcar todos os acontecimentos do FSM; o número de iniciativas e criatividade superaram todas as expectativas. Cada relatório poderá nos trazer novos elementos, novos ângulos e novas perspectivas criadas com horizontes de esperanças.

A) **A cerimônia de abertura do Fórum:** as várias delegações com seus distintivos específicos – bandeiras, estandartes com mensagens expressivas, instrumentos musicais, muitas cores e gritos abriram caminhos até o anfiteatro “Pôr do Sol” onde ao som de músicas e discursos foi aberto o II FSM.

B) **Contra a ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas).** O folheto que propunha o Plebiscito Nacional sobre a ALCA conclama: “Está na hora do povo brasileiro decidir – Construir uma nação soberana ou deixar seu país ser transformado no quintal e na grande senzala da América. O que está em jogo: soberania, liberdade, direitos e conquistas sociais...”

Outras manifestações, de grupos específicos, aconteceram, no prédio da PUC, no horário do almoço: das mulheres, dos negros, dos índios...

Fóruns preparatórios ou complementares:

No dia anterior ao início do Fórum, os delegados, por Continente, se reuniram. **Fóruns especiais** se realizaram imediatamente antes do II FSM ou durante o evento. Alguns deles contaram com grande representatividade. Vejamo-los: Desafios da sustentabilidade planetária; Sobre a grande região Amazônica; II Fórum das Autoridades locais pela inclusão social; Fórum internacional de Parlamentares; Fórum mundial do trabalho e do sindicalismo; I Fórum Mundial de Juízes; Acampamento Intercontinental da Juventude; Forunzinho social mundial (de crianças); Tribunal internacional da Dívida...

Conteúdo das Conferências

Em quatro eixos, com 07 palestras diárias para cada eixo:

- 1. A produção de riqueza e a reprodução social** (comércio mundial; corporações multinacionais; controle de capitais financeiros; dívida externa; trabalho; economia solidária; Conferência especial África/Brasil).
- 2. O acesso às riquezas e a sustentabilidade** (Saber, direitos de reprodução e patentes; medicamentos, saúde, AIDs; sustentabilidade ambiental; água – bem comum; povos indígenas; cidades, populações urbanas; conferência especial – soberania alimentar).
- 3. A afirmação da sociedade civil e os espaços públicos** (combate à discriminação e à intolerância; democratização das comunicações e da mídia; produção cultural, diversidade e identidade; perspectivas do movimento global da sociedade civil; cultura da violência, violência doméstica; migrações, tráfico de pessoas – mulheres, crianças e refugiados; conferência especial – Educação).
- 4. Poder político e ética na nova sociedade** (Organismos internacionais e arquitetura do poder mundial; democracia participativa; soberania, Nação, Estado; globalização e militarismo; princípios e valores; Direitos Humanos – direitos econômicos, sociais e culturais).

Seminários e Oficinas

O grande número de Seminários e Oficinas revelava o interesse dos participantes, a criatividade e legitimidade do FSM, com o desejo de criar in-

tercâmbio entre entidades e países. Alguns temas aí chamavam especial atenção, no momento em que vivemos, com oficinas muito procuradas: caminhos e estratégias para construir a cultura da paz; superação da fome e da miséria; meio ambiente (o desafio da água, sobretudo); justiça social e solidariedade; ética e globalização; instrumentos para a garantia dos direitos sociais; guerra, terrorismo e democracia; um seminário interreligioso sobre “Visões e caminhos de religiões para superação da violência”... Todos estes temas estavam bem interligados.

A questão da **religião/religiões** entrou em vários ocasiões, relacionada com a ética, com o pluralismo cultural e religioso, a serviço da paz e da justiça (diante do desafio da erradicação da miséria e da fome)³, com relação aos valores e princípios que devem reger a nova sociedade. Houve mesmo momentos de expressão religiosa – “um nascer do sol” no “Pôr do Sol”(Anfiteatro), com participação de várias religiões; e ainda momentos de oração ecumênica na capela da Universidade Católica. Foi sugerido ao Comitê organizador, pela entidade chamada Ameríndia (de teólogos/as da América Latina), que o próximo Fórum planejasse uma Conferência, pela manhã, sobre as **Religiões e a Paz**.

Testemunhos

Personagens significativos deram belos **testemunhos de sua vida**, abrindo caminhos sobretudo, para o grande

número de jovens presentes: Noam Chomsky (lingüista americano, Nobel de economia), Adolfo Perez Esquivel (argentino, Nobel da Paz), Rigoberta Menchú (indígena guatemalteca, Nobel da Paz), Enrique Dussel (argentino, historiador e filósofo), Immanuel Wallerstein (americano, cientista social), Manuel Vasquez Montalban (escritor espanhol), Dom Luciano Mendes de Almeida, Maria da Conceição Tavares, Dom Mauro Morelli...

Consensos perceptíveis

Não houve um documento final. No entanto, alguns consensos são perceptíveis no conjunto do Fórum, explicitados como preocupações na perspectiva de um Outro Mundo:

- Os Organismos internacionais: As **Organizações das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) terão de se adequar às novas feições da globalização. A acusação mais ouvida: estas instituições ou são omissas (caso da ONU diante da paz) ou defendem os interesses dos grandes grupos (Bird e FMI).**
- O comércio mundial: A **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), liderada pelos Estados Unidos, foi condenada. O Fórum identificou a ALCA como projeto consolidador da liberalização comercial que afeta os países mais pobres.**
- O capital financeiro: A **proposta de**

³ A CNBB organizou uma oficina sobre Erradicação da Fome e da Miséria, sob o título – “Alimento, dom de Deus e direito de todos”, na qual participaram: Dom Jayme Chemello, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Mauro Morelli, sob a coordenação do Padre João Roque Rohr, SJ. Também tivemos um Seminário Internacional da Comissão Brasileira de Justiça e Paz sobre “a Democracia e o combate à fome”.

- controle do movimento de capitais ganhou uma novidade no Fórum: que a Europa adote a Taxa Tobin em bloco, para que puxe um movimento mundial em favor do imposto. A Taxa Tobin funcionaria como uma espécie de tributo sobre o capital especulativo.
- As migrações: A globalização estimula, pelo menos em tese, livre circulação de mercadorias, mas impõe cada vez mais restrições ao movimento de pessoas. Enquanto os trabalhadores são deportados como clandestinos, crescem as máfias que traficam pessoas em todo o mundo.
 - A dívida externa: Foi sugerido o cancelamento da dívida externa dos países latino-americanos, considerando que é “ilegítima, injusta e fraudulenta”.
 - A guerra: A ofensiva militar americana no Afeganistão foi duramente atacada. O sociólogo James Petras, da Universidade de Nova Iorque, e o lingüista Noam Chomsky resumiram um pensamento muito propagado no Fórum: os atentados terroristas de 11 de setembro serviram como pretexto para os EUA lançarem “uma nova ofensiva imperialista” para subordinar a Europa aos interesses americanos, ocupar bases militares na Ásia Central e, a pretexto de combater células terroristas na América Latina, aumentar sua presença na região”.
 - O meio ambiente: Os debates propuseram um nova ordem respeitosa ao ambiente, com preservação da bio-diversidade, considerada

patrimônio da humanidade.

- A água: Mais de 1,5 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável no mundo. Os debates sobre os serviços nessa área concluíram que há crescente “mercantilização” da água e que a privatização dos serviços deve ser evitada.

Limites sempre há

Sendo ano das eleições no Brasil, a emoção partidária, por vezes, se excedia. Naturalmente, só era percebida pelos/as brasileiros/as ou pelos que seguem de perto a política brasileira. A grande imprensa, por vezes, criou um clima para julgar o Fórum como evento do Partido dos Trabalhadores. A coordenação do Fórum, composto por delegados/as de 131 países, tentou superar, a nível interno, este risco, repetindo continuamente o “jingle” em forma de mantra que suplantava os aplausos locais: “Um outro mundo é possível se a gente quiser”.

Numa tão numerosa multidão, é difícil uma metodologia que atenda a tantos interesses. No entanto, várias sugestões circularam durante o fórum, propondo pedagogias mais participativas para melhor aproveitamento de todos.

Na sessão de encerramento

Resolução do Conselho Internacional do FSM: O Conselho Internacional se reuniu nos dias 28 e 29 de janeiro para definir as perspectivas futuras do Fórum Social Mundial e as apresentou na sessão de encerramento:

“A reunião fortaleceu a idéia de que o FSM, muito mais do que um evento, está se consolidando como um processo e um movimento abertos, que se

mundializam e criam raízes em todos os continentes. A própria composição do Conselho Internacional demonstra a ampliação das forças sociais que, em todo o planeta, se comprometem de forma permanente com o FSM.

O Conselho Internacional avaliou que a realização de um FSM anual e centralizado é fundamental para o encontro e a articulação da multiplicidade de forças que se opõem à globalização neoliberal. Além disso, o próprio evento tem um impacto público importante para a dinamização do movimento. Finalmente, o Conselho Internacional considerou que o efetivo processo de mundialização e enraizamento do FSM exige uma crescente mobilização nas regiões, de forma a ampliar a participação de todos os continentes.

Considerando este quadro, o Conselho Internacional decidiu o seguinte:

1) No segundo semestre, serão realizados, em diferentes partes do mundo, edições continentais ou regionais do Fórum Social Mundial.

2) Realizaremos o III Fórum Social Mundial novamente em Porto Alegre e na mesma data do Fórum Econômico Mundial.

3) O Conselho Internacional do FSM terá um papel decisivo em articular a dinâmica dos Fóruns Regionais ou Continentais e do Fórum Social Mun-

dial centralizado. Este será o tema principal da reunião do Conselho que realizaremos de 28 a 30 de abril de 2002”.

Em carta dirigida ao Conselho Internacional, a delegação indiana se colocou em disponibilidade para acolher o Fórum Social Mundial, em 2004, na Índia.

A Ciranda final irradiou alegria

A **Ciranda**, coordenada e animada pela própria Lia (“esta Ciranda quem me deu foi Lia...”) de Itamaracá/Pernambuco, negra, vestida de azul claro com um turbante prateado, irradiou alegria por todos os recantos. Criava não só clima de festa como, pelo símbolo da própria dança em forma de círculos, explicitava a esperança do mundo de fraternidade.

O anúncio do mundo novo, sem palavras, do índio colombiano com seu búzio, no final do II FSM, emocionou, até às lágrimas, muitos dos seus participantes.

Para finalizar tudo, o “**lenço branco**”, acenado em vibrante entusiasmo, augurava os sonhos de Paz como possíveis.

Porto Alegre, 31/01 a 05/02/02.

Padre José Ernanne Pinheiro

Endereço do autor:

Cx. Postal: 02067

70259-970 BRASÍLIA – DF

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Quais foram as principais contribuições do II Fórum Social Mundial na busca de alternativas na atual conjuntura mundial?
- 2 Que podem fazer as comunidades religiosas para que o lema do segundo Fórum Social Mundial - “outro mundo é possível” - se transforme em realidade?

Refundação: Tarefa Eclesial

PE. PITER MC CARTHY, C.Ss.R

A XIX Assembléia Geral Ordinária (AGO) da CRB, realizada no mês de julho de 2001, estudou como tema central: "TEMPO DE SINAIS, SINAIS DOS TEMPOS", com o subtema: "Provocações para a Refundação da Vida Religiosa".

O termo *refundação* não se refere, de forma alguma, a uma nova fundação da Vida Religiosa. Isso porque a vida não começa conosco, e, além do mais, a Vida Religiosa cristã não tem outro fundamento senão o já colocado, **Jesus Cristo**. Mas é exatamente por isso que se faz necessário refundar a Vida Religiosa, isto é, ir fundo à procura de sua verdadeira profundidade, e na busca de sua primeira fundamentação, recolocando-a sobre seu sustentáculo originário. O fundamento está eternamente firme, é Jesus Cristo, a pedra angular (Lc 20,17-18), mas percebe-se que os **pilares** sobre os quais até aqui repousava a construção, já não a sustentam mais.

Refundação da vida religiosa significa o processo de voltar à experiência fundante inicial a fim de que se possa identificar e reassumir a sua finalidade ou visão primária, e adaptar esta finalidade de forma radical aos desafios e problemas de hoje.

Renovação, ao contrário de refundação, procura melhorar as respostas tradicionais do grupo aos sintomas dos problemas. Percebe-se, hoje, que esta imaginação reformativa esgotou-se. Os desafios que se assomam à nossa frente já não podem mais ser respondidos adequadamente com nossas experiên-

cias passadas. O que fazer? Uma tentativa (tentação ?!) é continuarmos atrelados à velha identidade, e enclausurarmos nas experiências e instituições comprovadas pelo ontem e anteontem. Mas há uma alternativa e esta seria: abandonar, com destemor, os pressupostos até aqui sustentados e começar, mais uma vez, sob uma nova orientação. Para questões novas, novas respostas. É a hora da imaginação criativa: *para vinho novo, odres novos* (Mt 2,22).

A Assembléia apontou provocações, apelos e marcos indicadores que são, ao mesmo tempo, resultados da reflexão que se tem feito sobre refundação no último triênio, como também balizas para apontar o caminho a ser percorrido pela VR nos próximos anos. É interessante ver que, embora digam respeito à própria Vida Religiosa, esses marcos, provocações e apelos forçosamente chamam a própria Igreja a se olhar e a se refundar. Seja na área da espiritualidade integradora, da comunidade, da diversidade cultural, das novas gerações, seja nas novas relações de gênero e etnia, do uso do poder, da parceria, da análise institucional, do profetismo ou da opção pelos empobrecidos, em todas essas áreas o Espírito está provocando a própria Igreja a se converter.

A refundação da vida religiosa e a igreja

O Concílio Vaticano II reconheceu que a Igreja é uma comunidade de pecadores, precisando de constante purificação e renovação. Enquanto aceita

que a Igreja é de origem divina, coloca que ela também é pecadora e, portanto, sujeita a todo tipo de falha. (Cf. *Lumen Gentium* 8 e *Unitatis Redintegratio* 6).

Não podemos passar por cima dessa colocação, mormente quando estamos refletindo sobre a refundação de uma parte integrante da Igreja, a VR.

O Concílio faz referência a “deficiências” dentro da Igreja. De fato, o Papa João XXIII convocou o Concílio porque sentiu que a Igreja tinha se tornado gravemente ineficiente no seu zelo de sair de si e evangelizar o mundo. O Concílio convocou a Igreja a partilhar as **“alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens (sic), sobretudo dos pobres e de todos que sofrem”** (Cf. *Gaudium et Spes*, 1). Isto representava uma mudança radical na maneira de pensar; uma mudança teológica paradigmática que iria exigir mudanças igualmente radicais de estruturas e atitudes em todos os níveis da Igreja.

A mudança paradigmática era tão grande que a Igreja, assumindo o imperativo evangélico de entrar na vida do mundo, das culturas e das pessoas, tinha que estar constantemente em processo de renovação. Meios de evangelização e estruturas de governo adequados para uma Igreja-fortaleza, isto é, uma Igreja isolada do mundo ao seu redor, são totalmente impróprios para uma Igreja dedicada à pregação do Evangelho no mundo. O mundo está mudando com tanta rapidez que o que serve pastoralmente hoje não servirá mais amanhã. Assim, a Igreja nunca pode dizer que está totalmente reformada; sempre precisará estar se renovando, se refundando.

A Igreja sempre vai precisar ser pas-

toralmente criativa, na sua maneira de pensar, nas suas ações e nas suas estruturas. Portanto, precisa ter pessoas proféticas para analisar, avaliar, criticar, questionar e dissentir da sabedoria pastoral ineficaz e ultrapassada do momento. Sem pessoas assim, a Igreja não pode cumprir sua missão. Religiosos e religiosas, entre outros batizados e batizadas, são chamados a exercer essa vocação profética.

Lumen Gentium 6, coloca que a missão principal da Igreja é “anunciar o Reino de Cristo e de Deus e estabelecê-lo em todos os povos”. Se esta missão é para ser cumprida, a Igreja, como povo peregrino, precisa avaliar constantemente suas estruturas institucionais e carismáticas. Ver se elas ajudam ou atrapalham no cumprimento dessa missão.

Muitos analistas afirmam que a Igreja, enquanto instituição, está recuando das posições tomadas no Concílio Vaticano II. Um teólogo canadense, André Naud, publicou um livro com o título “*Un aggiornamento et son éclipse*” em que analisa o movimento de “centralização” e “restauração” que está acontecendo dentro da Igreja. Anos antes, o Pe. Karl Rahner, ao analisar o papel de estruturas carismáticas e institucionais dentro da Igreja, usou as categorias sociológicas de sistemas *abertos* ou *fechados*. De acordo com Rahner, se as autoridades eclesiásticas não possuem as qualidades espirituais de fé profunda e corajosa, capaz de arriscar o novo, de humildade, de abertura ao Espírito etc., elas farão tudo para incentivar um sistema fechado e não aberto, em que diálogo autêntico, discernimento e dissensão legítima são impossíveis. A Igreja, então, se torna-

ria uma “*monarquia absoluta ou um sistema totalitário*”¹. Se isso acontecesse seria impossível para a Igreja desempenhar a sua tarefa principal de anunciar o Reino. Pastoralmente a Igreja iria estagnar. Autoridades, em vez de escutar o Espírito falando através das aspirações e acontecimentos do povo, iriam sustentar que somente elas têm o direito e o poder de decidir a vontade de Deus para a Igreja, mesmo em assuntos de pouca importância.

Existem tentativas – bem articuladas, por sinal – de restaurar a Igreja ao gueto cultural ou àquela mentalidade “contra-o-mundo” da época pré-Concílio Vaticano II. *Restauracionismo* é um movimento que procura reafirmar as estruturas e atitudes pré-Vaticano II. É um movimento que reage contra as tensões resultantes da ebulição teológica e cultural gerada pelas mudanças do Concílio e do mundo pós-moderno em geral. O problema é que os restauracionistas se esquecem da situação verdadeira da Igreja pré-Vaticano II, ou seja, do desastre eclesial que provocou a convocação do Concílio em primeiro lugar.

Muitos analistas detectam tendências de encaminhamento para um sistema fechado, analisado por Rahner quase 30 anos atrás, dentro da nossa Igreja atual. Para sustentar essa análise, eles apontam para uma série de práticas e atitudes, de modo especial para a **centralização de poder** na Cúria Romana, e o conseqüente recuo na valorização da igreja local, e do princípio e prática da **colegialidade**. São numero-

sos os exemplos de conflitos nesta área atualmente, mas cito apenas alguns.

• O primeiro é o debate que se trava entre os cardeais alemães, Ratzinger e Kasper. A questão em pauta é a constituição da Igreja universal. Ou seja, qual veio primeiro, a Igreja universal ou a Igreja particular? A posição de Ratzinger é: a Igreja universal veio primeiro e, uma vez que o papado é da essência da Igreja universal, então o papado veio primeiro também.

Mas esta não é uma simples questão de seqüência histórica. Implica na maneira de entender a própria constituição da Igreja. Coloca o papado como *responsável* pela Igreja. Por terem chegado depois da Igreja universal, as Igrejas particulares, encabeçadas pelos seus bispos, são subordinadas ao papado. Tal posição atropela vários princípios teológicos: a Igreja particular não é uma província ou um departamento da Igreja universal é, isso sim, a Igreja presente naquele lugar.² O bispo não é um delegado do Papa, mas um representante de Jesus Cristo que goza de sua responsabilidade individual e sacramental (*potestas propria, ordinaria et immediata*).³ Ele tem os poderes necessários para animar e administrar a sua diocese.⁴ Tudo isso é o ensinamento claro do Concílio. Mas tendências centralizadoras estão cada vez mais presentes na Cúria Romana, militando contra este ensinamento

Kasper⁵ contesta a proposição básica de Ratzinger de que a Igreja universal surgiu primeiro e tem primazia

¹ Rahner, *Investigações Teológicas*, Vol. 12, Página 89, 1974.

² *Lumen Gentium*, 26; *Christus Dominus*, 11.

³ *Lumen Gentium*, 27.

⁴ *Christus Dominus*, 8.

⁵ Revista *Stimmen der Zeit*, Alemanha, dezembro de 2000.

ontológica sobre a Igreja particular. Ele procura limitar o poder centralizador romano em favor dos ensinamentos do Concílio Vaticano II a respeito da independência do *múnus* episcopal. Escreve Kasper: “*A interpretação progressista do Vaticano II, como uma crítica e neutralização do centralismo do Vaticano I, está sendo pervertida. Há uma tentativa de restaurar o centralismo que a maioria, no Concílio Vaticano II, manifestamente quis superar*”. Ele continua, então, a criticar o documento publicado em 1992 por Ratzinger, “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da Igreja compreendida como *comunhão*”. Para Kasper, “A Congregação excedeu os limites da doutrina conciliar onde a Igreja universal existe *<em e a partir de>* as Igrejas particulares”. Segundo ele, o documento erra quando afirma “que as Igrejas particulares existem *<em e a partir de>* a Igreja universal”. Com o intuito de impugnar a tese do primado da Igreja particular, a Congregação propõe a tese da primazia ontológica e histórica da Igreja universal. Tal interpretação se torna altamente problemática quando a Igreja universal é identificada com a Igreja Romana e, de fato, com o Papa e a Cúria Romana. Quando isso acontece o documento precisa ser entendido não

como uma clarificação da doutrina do Concílio sobre a Igreja como *comunhão*, mas, isso sim, como um desvio dessa doutrina e uma tentativa de restaurar o centralismo romano.

Kasper continua: “Quando se examina criticamente a questão do “*primado das Igrejas*”, resulta evidente que o debate não envolve qualquer ponto de doutrina católica. O conflito é entre opiniões teológicas e premissas filosóficas subjacentes. Uma (Ratzinger) cultiva o método platônico: seu ponto de partida é o primado de uma idéia que é um conceito universal. A outra (Kasper) segue o enfoque aristotélico, e considera que o universal existe numa realidade concreta. Este enfoque, por certo, não deveria ser mal interpretado de modo que todo conhecimento se reduzisse a meros dados empíricos.

A controvérsia medieval entre escolas platônicas e aristotélicas era um debate dentro dos parâmetros da fé católica comum. Boaventura e Tomás de Aquino elegeram caminhos diferentes no seu enfoque de questões teológicas, inclusive o tema da autoridade universal do Papa. Mesmo assim, ambos são honrados como doutores da Igreja; ambos são venerados como santos. Se, na Idade Média, se admitia semelhante diversidade, por quê não pode ser possível hoje?”⁶

⁶ “Originalmente, só uma Igreja concentrou em si mesma a totalidade e a particularidade: a *Igreja-mãe de Jerusalém*, ou Igreja do Pentecostes. Dela nasceram as Igrejas particulares e nela se funda o caráter apostólico de todas. Nenhuma Igreja particular pode, atualmente, reivindicar para si a função daquela Igreja-mãe: aquela experiência histórica permanece o símbolo e o modelo intencional para todos. A Igreja particular de Roma recebeu a graça do carisma de Pedro e Paulo, e presta o serviço da unidade e da *comunhão* católica entre todas as Igrejas particulares.

A *Lumen Gentium* coloca, em primeiro plano, a Igreja *no singular*, como expressão da única Igreja de Deus, que abrange todos (LG 1-9). No entanto, segundo a visão de fundo desta constituição e dos outros textos conciliares (AG 2-5), as Igrejas particulares e locais, *no plural*, apresentam as mesmas características teológicas da Igreja universal, que é a *comunhão* das Igrejas. A única Igreja só se realiza na multiplicidade das diversas Igrejas. E só a unidade e a totalidade das diversas Igrejas formam a única Igreja.

Cada Igreja particular é chamada a ser católica, sacramento da unidade de todos os seres humanos. Como particular, é própria de uma cultura em que tem suas raízes, mas como católica transcende o seu particularismo.

Além de apontar um erro de interpretação de um documento conciliar pela CDF (Congregação para a Doutrina da Fé), Kasper também levanta a questão da pluralidade de modelos filosóficos, teológicos e eclesiológicos na tradição da Igreja. Infelizmente, nos últimos anos, a atuação da CDF na tarefa de “velar e defender a doutrina da fé, para que o Povo de Deus se mantenha fiel ao ensinamento recebido”⁷, tem sido para encerrar debates importantes e dar um curto circuito em investigações teológicas. Não é exagero dizer que, no meio teológico, há um medo de expressar opiniões que talvez sejam consideradas ‘avançadas’, já que reina o clima de controle. Se a teologia ficar reduzida ao conteúdo do Catecismo da Igreja Católica, toda criatividade será abafada. Pior ainda, impor uma hegemonia doutrinal empobrecerá a Igreja que já está se tornando cada vez menos católica, e cada vez mais sectária. Vale a pena lembrar a velha pergunta de Juvenal, “*Quis custodiet ipso / Custodes...*?” Ou seja, quem examina os examinadores?

• Um documento, *Liturgiam Authenticam*,⁸ publicado pela Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, está sendo muito questionado por muitas conferências episcopais. O documento estabelece novas normas para a tradução de textos litúrgicos. Muitos bispos, como Dom Maurice Taylor, bispo de

Galloway, Escócia e presidente de ICEL (Comissão Internacional de Inglês na Liturgia) reclamam que não foram consultados sobre o documento, e que ele dita normas de tradução que vão dificultar muito a compreensão dos textos usados nas celebrações. Outros grupos, sintonizados com a necessidade de evitar o uso de linguagem exclusiva, também reclamam. A insistência em usar linguagem que é experienciada como machista e sexista por muitas mulheres, pode servir como um impulso ao êxodo de muitas delas da Igreja onde já não se sentem acolhidas ou contempladas.

Para nós, religiosas e religiosos, que lutamos para enfrentar os desafios de questões, como: novas relações de gênero e etnia, diversidade cultural, inculturação, novas gerações, etc., a pouquíssima sensibilidade humana e pastoral que este documento manifesta é, francamente, assustadora.

Se o documento fosse, somente um escrito particular do Prefeito da Congregação, Cardeal Medina, explicar-se-ia, em grande parte o tom polêmico do mesmo. O Cardeal, afinal das contas, tem sustentado posições polêmicas. Atualmente, está em conflito com o Arcebispo Weakland, nos Estados Unidos, que não aceita a “intromissão indevida” do cardeal em questões ligadas à reforma da Catedral Arquidiocesana. O Cardeal também foi criticado pelo Governo Chileno por fazer declarações políti-

Por isso, as Igrejas particulares não podem nem devem ser uma cópia da Igreja ocidental, mas sim realidades novas, instituições criativas, carismáticas e proféticas, embora unidas pelo vínculo da fé, do amor e da esperança. A Igreja constituiu-se como unidade e pluralidade, como Igreja única, que abrange todos, e como multiplicidade de diversas Igrejas e comunidades.”

EM TEMPO DE MUDANÇA, Comissão Teológica da USG (União de Superiores Gerais), Novembro de 2000.

⁷ Notificação sobre alguns escritos do R. Pe. Marciano Vidal, C.Ss.R., CDF, 22/02/01.

⁸ SEDOC, Vol. 34, Nº 288, setembro-outubro de 2001.

cas enquanto é portador de um passaporte diplomático. Controvérsia, portanto, não lhe é estranha. Mas o documento é uma instrução normativa de um dicastério portanto, para a Igreja toda. Muitos especialistas temem que o documento possa destruir anos de progresso no campo litúrgico, representando um recuo enorme. No fundo, teme-se que o documento represente muito mais uma imposição de controle do que uma tentativa de aperfeiçoar as traduções dos textos litúrgicos. A frase que aparece no último parágrafo: “Espera-se que este novo esforço leve a um momento de estabilidade na vida da Igreja...” parece confirmar essa interpretação.

O documento, ademais, passa por cima de sensibilidades humanas e de questões teológicas de colegialidade e subsidiariedade.

A doutrina de **colegialidade** sustenta que é o colégio dos bispos, junto com o Papa, que governa a Igreja Católica. Basicamente, há duas maneiras de entender colegialidade episcopal.⁹

A posição oficial romana: nenhuma assembleia de bispos detém um poder colegial que emerge de sua comunhão. Cada bispo possui o seu próprio poder, e ponto final. Se uma assembleia detém um poder coletivo (corporativo), é por delegação do Papa, vindo da sua *plenitude de poder*.

A segunda maneira afirma que colegialidade episcopal autêntica existe não somente num concílio ecumênico, mas, também, quando um grupo de bispos se reúne – em comunhão com os outros bispos e com o bispo de Roma – para cumprir a sua missão pas-

toral. Neste caso, eles agem como um colégio e detém um poder coletivo na acepção plena destas palavras, embora não seja na sua plenitude.

Esta posição se fundamenta na noção de “*participação*” ou “*ativação parcial*”. Ou seja, existem graus na operacionalização do poder colegial do episcopado. Na mesma maneira que o primado do Papa é exercido plenamente quando ele fala *ex cathedra*, e parcialmente em outras situações diversas sem porém, perder a sua autoridade (ou seja, ele sempre tem autoridade mas não sempre usa-a em sua plenitude), os bispos, em assembleias inferiores a concílios ecumênicos, são dotados de poder coletivo, pois estas assembleias também são realidades teológicas.

Os Dicastérios da Santa Sé sempre mantêm que eles participam do poder do primado, porém, não plenamente. Ao mesmo tempo, esses departamentos negam que as conferências episcopais possam ter poder colegial, embora não plenamente.

Assim, esta segunda maneira de entender a colegialidade afirma que há graus na operacionalização do poder colegial do episcopado, como há também na operacionalização do poder papal. É ativado plenamente num concílio ecumênico, e pode ser ativado parcialmente em assembleias inferiores. Pode existir verdadeira, própria e autenticamente em graus variáveis. Portanto, as assembleias inferiores dos bispos (sempre em comunhão com Roma) são realidades teológicas e, por sua própria natureza, são dotadas de um poder coletivo. Infelizmente, o

⁹ Cf. Power to the Bishops, artigo publicado pelo Pe. Ladislav Orsy em THE TABLET, Inglaterra, 07 de julho de 2001.

motu proprio Apostolos Suos, de 1998, estipulou que, para uma declaração de doutrina ser publicada como um ensinamento autêntico de uma conferência episcopal, ela teria de ser aprovada por unanimidade pelos membros da conferência ou, com uma maioria de dois terços da conferência inteira, com o consentimento, também, da Santa Sé. A exigência de unanimidade parece excessiva. Unanimidade não é requisito de um Concílio Ecumênico, nem das reuniões oficiais das congregações romanas. E, já que é quase impossível atingir a unanimidade, resulta que é vedado às conferências ser uma expressão do magistério ordinário. Isso parece ser reservado a outros bispos – aqueles sem rebanho.

A doutrina da colegialidade, segundo a qual os bispos, com o Papa, governam a Igreja como um colégio em sucessão aos apóstolos – frequentemente, hoje em dia, parece estar reduzida à noção de que a equipe é colegiada se todo mundo fala as mesmas coisas que diz aquele que a preside. Ao mesmo tempo, a Cúria, cujo papel verdadeiro é ser um instrumental do papado, assume progressivamente as responsabilidades do governo central da Igreja. Não foi por acaso que o Cardeal Bernardin, de saudosa memória, desabafou: “A Cúria nos trata como se fôssemos coroinhas”.

O Concílio Vaticano II, na sua proclamação da doutrina de colegialidade episcopal, tem sido reinterpretado por oficiais da Santa Sé, e muitas estruturas e normas anteriores ao Concílio têm sido preservadas ou até reforçadas. Mas a intenção clara do Concílio era de

superá-las. Ironicamente, são normalmente estes oficiais que mais insistem em obediência!!

• O uso (e, quiçá, abuso) de **poder** pela Cúria romana é justificado sempre pela invocação do ministério do primado. Para sustentar a sua interpretação da abrangência deste ministério recorre-se freqüentemente à noção de infalibilidade, e que sempre mais se atrela ao exercício do primado. Mais salutar seria voltar a uma noção mais pura e mais teológica da doutrina da infalibilidade: *quod ubique, quod semper, quod ab omnibus creditum est*,¹⁰ ou seja, aquilo que sempre, em toda parte e por todos tem sido acreditado, e que tem sido verificado de uma maneira colegial. Mas em vez disso, o que se vê é o cultivo de um primado que parece mais com uma monarquia centralizada com jurisdição sobre a Igreja toda. Jurisdição esta compartilhada somente superficialmente com o colégio de bispos cujas nomeações e atuações são rigidamente controladas por dicastérios romanos.

O teólogo Ratzinger, numa conferência pronunciada em Graz, Áustria, em 1976, afirmou: “Aquilo que foi possível para a Igreja durante 1000 anos não pode ser impossível hoje. Em outras palavras, Roma não pode exigir do Oriente mais reconhecimento da doutrina do primado que o conhecido e praticado no primeiro milênio.” É interessante ver como a ótica das pessoas muda de acordo com os seus interesses.

Por sua vez, Kasper afirma que “um relacionamento equilibrado entre a Igreja universal e particular não se opõe ao ministério do papado na Igreja mas, ao

¹⁰ Vicente de Lerins, no século V.

contrário, o Papado tem como principal missão criar esse equilíbrio. A missão do Papa é “fortalecer os seus irmãos” (Lc 22,32). Para tanto, deve fortalecê-los e mantê-los juntos na unidade do episcopado e das Igrejas particulares.”

Vale a pena recordar um comentário que o dominicano francês Yves Congar, um dos grandes teólogos do Vaticano II e, finalmente, um cardeal, fez em 1984. “O Papa, com certeza, é o primaz. Mas, dentro da Igreja, e não acima dela. Ele não está fora dos bispos, mas junto com eles. Primeiro e último, ele é o Bispo de Roma. Se não fosse o bispo de Roma, ele não seria nada. O primado há de se situar dentro da comunhão dos bispos”.

• O enfraquecimento do Sínodo dos Bispos e a centralização de controle sobre os assuntos, a organização e as declarações do mesmo representam um recuo nas áreas de colegialidade e subsidiariedade. O enfraquecimento se manifesta de diversas maneiras:

- O Sínodo não pode estabelecer sua própria agenda ou escolher o temário das discussões.
- Não pode se autoconvocar.
- Os relatórios das conferências episcopais, em preparação do Sínodo, não podem ser partilhados entre elas.
- Não é uma assembléia deliberante como os concílios, sendo meramente consultivo.
- Está impedido de divulgar seu relatório final.
- No penúltimo Sínodo o número das pessoas “nomeadas” ultrapassou o dos bispos eleitos.
- A Exortação Pós-Sinodal não é da autoria do Sínodo, mas da responsabilidade exclusiva do Papa.

Preocupante, também, é o clima de sigilo que reina nos Sínodos. O jornalista

Robert Kaiser, da revista norte-americana Newsweek, perguntou ao Cardeal Jan Schotte, Secretário Geral do Sínodo, sobre este sigilo. O Cardeal mantém que o sigilo permite aos bispos falar francamente, sem se preocuparem com suas palavras publicadas no “*La Repubblica*”! Quando o jornalista contestou que o povo tem o direito de saber o que os seus bispos discutem, e os bispos o dever de informá-los, Schotte respondeu: “Os bispos são responsáveis tão somente perante o Papa. E o Papa é responsável tão somente perante a Jesus”. E acrescentou que se o Papa e os bispos se tornassem responsáveis perante o povo, seria uma ameaça a uma das prerrogativas mais preciosas do Papa, “a soberania”. Tal declaração dispensa comentários. Talvez seja um bom momento para trazer de volta a prática antiga da coroação do Papa, em que um franciscano, descalço, colocava-se na frente da procissão e gritava: “*Sancta Pater, sic transit gloria mundi*”. Certamente apresenta, em termos bem gráficos, o papel profético da VR frente aos excessos da Igreja. Quem deveria gritar hoje? E gritar o quê?

• A **nomeação de bispos**, com pouquíssima consulta, é vista como questão polêmica. Nos últimos anos, tem sido motivo do escândalo de divisão em muitas igrejas particulares. Mas é interessante notar que, em 1829, dos 646 bispos diocesanos na Igreja Católica Romana, o Papa, na condição de Papa, nomeava 24. Na condição de Chefe de Estado – e não como bispo de Roma – ele nomeava mais 70 bispos. Ou seja, como Papa nomeava 3,7% dos bispos, e mais 10,8% como Chefe de Estado. Foi somente no Código de 1917 (Can. 329) que a prática de nomeação papal foi estabelecida na Lei

da Igreja. Artigo de fé com certeza não é!¹¹. Ademais a **maneira** pela qual, frequentemente, essas nomeações são feitas, junto com o sigilo, a manipulação “política”, etc., muitas vezes ferem os princípios mais elementares de justiça, de direitos humanos e de defesa de seu bom nome. É interessante observar, também, que nos anos em que eu estou na CRB, seja nacional, seja regional, nenhuma vez fomos consultados, como CRB, sobre a nomeação de qualquer um dos bispos que assumiram o seu ministério episcopal em nosso meio. Há uma impressão bastante generalizada de que, atualmente, são nomeados de preferência aqueles cuja grande virtude é não criar conflitos, nem questionar. Mas isso não tem futuro, pois estimula a fuga de situações de conflito. É preciso haver espaços para a criatividade, promover aos cargos de responsabilidade pessoas imaginativas, e resistir à tentação de confiar naqueles que supervalorizam as certezas e seguranças do passado, e colocam a obediência obsequiosa acima da busca de novos caminhos. O que mais prejudica a Igreja atualmente é o carreirismo e um corporativismo doentio.

• **A situação da mulher dentro da Igreja** é vista, por muitos, como o maior desafio que a Igreja contemporânea enfrenta. Não se trata somente da questão de ordenação de mulheres; vai muito além disso. Não se percebe suficientemente o quanto muitas mulheres estão se sentindo machucadas por uma Igreja insensível, machista e sexista. O discurso oficial não convence. Pessoalmente, vou acreditar que

esta conversa de igualdade é para valer no dia em que mulheres serão “núncias” apostólicas, cardeais e prefeitas de dicastérios romanos, ou seja, posições de autoridade e responsabilidade em que ordens não são requisitos indispensáveis. O desafio é como incluir as mulheres nos mecanismos de participação e de decisão na Igreja. Atualmente, as estruturas eclesiais, por serem exclusivamente episcopais e clericais, são, de per si, excludentes da participação de leigos, mas de modo especial de mulheres, que são feridas na sua dignidade e direito de batizadas. A Carta aos Gálatas coloca claramente que a discriminação entre homens e mulheres não faz parte de uma comunidade cristã (Gl 3,28). Para a Igreja, como para a VR, o desafio é ainda maior: a criação de novas relações de gênero.

• A mentalidade de **defesa da instituição acima de tudo** é externada, muitas vezes, na maneira de lidar com dissidências, dissensão e crítica. Precisamos aprender na Igreja de hoje que fazer crítica não é ser desleal. Neste sentido, é pelo menos, discutível a declaração atribuída ao Cardeal Sodano, Secretário de Estado, que teria dito “*chi ama non critica*”. O contrário é a verdade. Quem não critica não ama porque não se importa. Lealdade e verdade vão juntas e, portanto, qualquer busca sincera da verdade deveria ser estimulada. Ser desleal é não buscar o melhor para a Igreja amada.¹² Obediência cega é muito mais uma expressão de imaturidade espiritual do que virtude

¹¹ Fonte: Palestra do Professor Eamon Duffy, historiador da Universidade de Cambridge, Inglaterra, em julho de 1998.

¹² Cf. o livro O AMOR QUE OUSA QUESTIONAR (The Love that Dares to Question), do bispo australiano John Heaps, Canterbury Press, 2001.

do acolhimento da vontade de Deus. Como no plano pessoal a conversão exige, primeiro, o reconhecimento do erro, assim, também, na Igreja: a conversão e renovação dela dependem do reconhecimento dos seus erros, e isso só pode vir através da crítica autêntica e de um questionamento sério. Que o diga o Rei Davi! (Cf. 2 Sm 12, 1-9)

Tudo que se fala em relação à Igreja, aplica-se, também, *mutatis mutandis*, à VR. Foi a própria reflexão sobre a refundação da VR que me levou a refletir sobre a necessidade da Igreja se refundar. A experiência que a VR faz hoje no processo de refundação pode ajudar a Igreja. A Igreja precisa se refundar, assim como a VR. Isso, a VR fará focalizando, mais uma vez, a sua visão fundante e a missão que ela tem no mundo e na Igreja. Este mundo que está no meio de enormes mudanças paradigmáticas, e esta Igreja que está cedendo à tentação de voltar às supostas seguranças de outrora, que nem os Israelitas no deserto: *“Era melhor termos sido mortos pela mão de Javé na terra do Egito, onde estávamos sentados junto à panela de carne, comendo pão com fatura”* (Ex 16,3). O desafio para a VR, como para a Igreja toda, é **ser criativamente fiel**.

“Ser criativamente fiel é manter-se unido à Cepa, Jesus Cristo, em meio às mudanças do viver. Não há fidelidade criativa, nem para a Igreja nem para a Vida Religiosa, se não houver re-criação profética de sua vida e de seu itinerário original nas novas circunstâncias históricas. Re-criar é ser fiel. Ser fiel é re-criar. É re-encontrar o “primeiro amor”. Refundar a Vida Religiosa em

*novos paradigmas, e sempre na experiência do seguimento pós-pascal de Jesus Cristo, é o desafio proposto a Religiosas e Religiosos em todas as circunstâncias de tempo, mas, de modo especial, na de passagem de milênio.”*¹³

“A VR vive delimitada por uma geografia, encarnada num povo, caracterizada por uma cultura, situada num tempo, o tempo de agora, onde e quando é interpelada e convocada. Interpelada pelos mil desafios da realidade. Convocada por um só apelo, o da Palavra de Deus, para uma perene revitalização e necessária refundação”.¹⁴

*“Em fidelidade criativa aos nossos fundadores e fundadoras, e dóceis ao Espírito, sentimo-nos impelidos, hoje, a voltar às raízes do Evangelho, à experiência fundante da vida religiosa, à intuição primeira de nossos fundadores, ao movimento do Espírito para descobrir a “figura histórica” da vida religiosa que tenha sentido, e o serviço que ela presta à Igreja e ao mundo; nele, devemos ser testemunhas.”*¹⁵

Na longa história da VR, dois papéis têm sido os domínios privilegiados de religiosas e religiosos: o profético e o pioneiro.

A realidade da VR mostra que, muitas vezes, ela tem estado em conflito com as lideranças da Igreja por causa da sua natureza e da sua criatividade em buscar novas maneiras de atingir e servir os pobres e marginalizados, nos seus melhores momentos tem sido profética e, portanto, muitas vezes percebida como rebelde. Muitas iniciativas que, posteriormente, foram louvadas

¹³ Pc. Ático Fassini, MS, Caderno 23 da CRB, página 13.

¹⁴ Op. Cit., Página 11.

¹⁵ Guerrero, José Maria, SJ, VINHO NOVO EM ODRES NOVOS, 2ª. Edição. CRB 2001, P. 16.

começaram no meio de conflito e atrito. Os religiosos freqüentemente foram um aborrecimento para o bispo por causa do desejo de servir àqueles abandonados pela sociedade, ou pela própria Igreja.

Alguns almejam uma situação em que todas as lideranças da Igreja escutem e concordem com tudo o que os religiosos visualizam, pedem e procuram. Mas isso não é da natureza de ambos. O profeta tem que desafiar o *status quo*; as lideranças da Igreja têm a responsabilidade de conservar. É a combinação dos dois, e sua interação constante, que mantém a hierarquia e religiosos fiéis à sua missão. Se um ou outro esmorecer, como já tem acontecido na história da VR, os dois ficam empobrecidos. Uma vez que religiosos amam a Igreja e se dedicam à missão de Jesus, então esses conflitos ajudarão em vez de prejudicar. No curto prazo, porém, pode ser muito frustrante para todos!

O papel profético de religiosos pode ser encontrado desde o início da VR, desde o tempo das viúvas, das virgens, das diaconisas e dos eremitas até os dias de hoje. Este papel fez com que os religiosos chamassem a atenção, ou da so-

cidade, ou da Igreja para as necessidades do povo de Deus. Ser profeta é ser a consciência do grupo, e não é uma atividade com garantia de fornecer muitas amizades. Mas é um dos papéis principais da VR. A sua maneira de lidar profeticamente com os desafios da diversidade cultural, das novas relações de gênero e etnia, do uso do poder, da colegialidade e subsidiariedade, da análise institucional ajudará a Igreja a enfrentar corajosamente os mesmos desafios. Ao se refundar, a VR facilitará a refundação da Igreja toda. Portanto, a maior fidelidade que a VR pode manifestar dentro da Igreja é se manter fiel ao seu papel profético. Se falhar nisso, tanto a Igreja como a própria VR sofrerão prejuízos enormes, impedindo que a "Igreja seja testemunha viva da verdade e da liberdade, da justiça e da paz, para que toda a humanidade se abra à esperança de um mundo novo."¹⁶

Pe. Piter Mc Carthy é psicoterapeuta, acompanha a Equipe de Reflexão Psicológica e é membro da Coordenação Executiva Nacional da CRB.

Endereço do autor:

*Rua Barão de Mesquita, 275 – Tijuca
20540-001 Rio de Janeiro – RJ*

E-mail: piter@crbnacional.org.br

¹⁶ Oração Eucarística Para Diversas Circunstâncias – IV.

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Você acha que o processo de refundação tem sido assumido na sua Província/Congregação, ou é simplesmente mais uma moda?
- 2 O que é preciso mudar nas estruturas internas da VR e da Igreja para responder evangelicamente aos sinais dos tempos?
- 3 Qual o lugar que o Espírito Santo está chamando a VR a ocupar no mundo e na Igreja de hoje?
- 4 Quais são os sinais de esperança que você percebe na Igreja, no Brasil e no mundo?
- 5 Como a VR pode animar a vivência desses sinais, especialmente o sinal do profetismo?

Os votos religiosos e seus fundamentos bíblicos

PE. AGENOR GIRARDI, MSC

I. Castidade Consagrada

A Castidade no Antigo Testamento:

Todo o AT está orientado para a paternidade e maternidade. A primeira palavra que Deus dirige ao homem e à mulher é um imperativo: – “Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e dominai-a” (Gn 1,28). A mentalidade dominante é que a mulher estéril era amaldiçoada e rejeitada por Deus, por isso era também desprezada pela sociedade. Compreendemos assim a lamentação de Raquel: – “Dá-me filhos ou então eu morrerei” (Gn 30,1). A filha de Jefté morre ainda virgem (Jz 11,37-40). Sua virgindade é sacrificada e chorada pela impossibilidade de vivenciar a maternidade. O Salmo 128,3 retrata que a bênção de Deus é ter uma descendência: – “Sua esposa será como uma vinha fecunda. Seus filhos serão como rebentos de oliveira, ao redor de tua mesa”.

As mães dos patriarcas:

São todas elas estéreis: – Sara, a mulher de Abraão (Gn 16,1). – Rebeca, a mulher de Isaac (Gn 25,21). – Raquel, a mulher de Jacó (Gn 29,31). Também são estéreis as mães dos Juízes: – A mãe de Sansão (Jz 13,2-4). – Ana, a mãe de Samuel (1Sm 1,10-14). – Isabel, a mãe de João Batista, o precursor de Jesus, também é estéril (Lc 1,7). Através da esterilidade dessas mulheres, Deus procura mostrar à humanidade o poder di-

vino. As mulheres estéreis se tornam caminho de salvação para o povo eleito. Em Maria, porém, a fecundidade ultrapassa os limites humanos. Sua concepção é obra do Espírito Santo.

O Celibato no Antigo Testamento:

O AT não conhece o celibato como uma possibilidade de nova opção de vida e fecundidade espiritual. Todo o enfoque está centrado na descendência. Ter filhos é participar da obra criadora de Deus. No entanto, havia algumas exceções: – Durante os anos dos estudos da Toráh (Lei), o homem podia viver o celibato temporário. Um documento do Talmud dizia: – “O homem pode abster-se das relações sexuais, mesmo sem a permissão de sua mulher, até os 30 anos, para melhor estudar e meditar a Lei”. Já o Talmud da Babilônia dizia: – “O homem pode abster-se das relações sexuais, com a permissão de sua mulher, tanto quanto tempo for necessário, para estudar a Lei”. A partir deste documento, podemos entender porque Jesus estuda, medita e se prepara até os 30 anos na Casa de Nazaré. Só depois desta idade, ele inicia a sua vida pública. Neste sentido, podemos dizer que há, sim, no AT, uma valorização do celibato, porém como meio para melhor estudar a Lei e não como uma opção de vida. Jeremias é um profeta celibatário do AT. É uma ordem de Deus (Jr 16,1-4). Porém, o celibato de Jeremias, está

relacionado com o seu ministério profético. João Batista será o último profeta celibatário do AT (Lc 16,16), pois com Jesus chega a plenitude da “nova lei e do novo sacerdócio”.

Após o exílio:

Começa a despertar uma nova sensibilidade quanto ao celibato. Isafas diz que o eunuco, que era desprezado e rejeitado, também terá lugar, a partir de agora na casa de Deus e terá um nome eterno (Is 56,3-5). O livro da Sabedoria vai dizer que “é melhor ser estéril, do que ter filhos perversos” (Sb 3,13-19). A esterilidade vale mais do que uma posteridade ímpia. Para o AT, a sobrevivência da família, dependia dos filhos. O nome do pai devia ser perpetuado de geração em geração. O autor, porém, destaca aqui, que tal sobrevivência da família depende também do testemunho de justiça e fidelidade dos filhos. O casamento entre judeus e estrangeiros, poderia acarretar nos filhos o esquecimento da Lei. Quem é justo e fiel à Lei, nunca será esquecido: – “A memória do justo é para sempre” (Sl 112,6). Judite é elogiada por sua vida casta e ascética, consagrada à memória de seu marido: – “Teve muitos pretendentes, mas, desde que seu marido Manassés morreu, ela nunca mais se casou” (Jt 16,22). A tradição rabínica proclama a continência de Moisés, inclusive a sua continência perpétua, devido a sua intimidade com Deus. Outro aspecto do AT, é a abstinência sexual dos sacerdotes, para receber e revelação divina, durante o ofício do culto.

Os essênios:

Este nova mentalidade vai possibilitar o surgimento de um grande número

de celibatários, por exemplo, os essênios. Eles tinham três objetivos básicos: a) preparação para entrarem na “nova aliança” (os puros e perfeitos); b) atitude permanente de serviço cultural (contínuos sacrifícios de jejuns e orações); c) preparação para a “guerra santa” (prontidão para o combate escatológico). Entre os essênios havia dois estados de vida: – os casados e os celibatários. Porém, somente com a chegada do Novo Testamento, na pessoa de Jesus, é que vamos encontrar a verdadeira motivação do celibato consagrado.

Jesus e o celibato:

A pessoa de Vida Consagrada precisa enamorar-se cada dia pela sua opção de vida e renovar sempre mais o seu amor virginal: – Qual é a motivação desta minha escolha? – Por que eu renunciei livremente ao matrimônio? Somente quem tem diante de si a pessoa de Jesus e escuta a sua Palavra como dom, poderá renunciar a ter mulher, marido, filhos, bens e propriedades. Jesus foi celibatário. O Reino dos céus é a causa que explica a vida virginal. Como causa não é transitória, mas permanente, somente quem encontrou a “pérola preciosa” do Reino, é que pode colocar em segundo plano a riqueza do matrimônio. O celibatário pelo Reino está santamente apaixonado por um único amor. Por isso, é incapaz de se casar. O Amor de Deus à humanidade foi a grande razão da vida virginal de Jesus. A pessoa de Vida Consagrada toma sobre si, não o jugo pesado do celibato, mas o peso suave da doação e da entrega.

Uma nova compreensão da vida:

Em Mateus 19,10-12, Jesus propõe

um novo modo de viver o amor na condição de eunuco. Respondendo à pergunta sobre o casamento (Mt 19,1-9), Jesus apresenta um novo modo de ser discípulo. Ele não nega o casamento, mas mostra que não é o único caminho possível. A partir de agora há um novo jeito de optar, que vai além do matrimônio. Para evitar mal entendidos, Jesus mesmo faz a distinção, dizendo que há três tipos de eunucos. A sociedade do tempo de Jesus só conhecia os dois primeiros tipos. Ele diz também que nem todos são capazes de compreender esta terceira categoria: a) há eunucos que nasceram assim, desde o ventre materno. b) Há eunucos que foram feitos assim pelos homens. c) Há eunucos que se fizeram assim, por amor do Reino dos céus.

Vale a pena casar-se?

É neste contexto que os discípulos levantam a questão sobre o matrimônio. Pelo que tudo indica, a maioria dos discípulos já eram casados. A pergunta parte deles. Com a chegada de Jesus também o matrimônio é relativizado. Jesus abre um caminho novo. Numa sociedade onde a virgindade era vista com desprezo e repúdio, Jesus apresenta uma nova proposta: – Sim! A virgindade é possível; é escolha pessoal. Jesus recupera o celibato a partir de sua experiência de vida. Mostra que existe um novo modo de viver a paternidade e a maternidade, sem gerar filhos nascidos da carne e do sangue, mas segundo o espírito: – “Quem nasce da carne é carne, quem nasce do Espírito é Espírito” (Jo 3,6). É possível ser pai ou mãe da humanidade, acolhendo no coração os pobres, os pequenos e sofredores, mediante este novo estado de vida.

Teologia da castidade:

Cada pessoa, casada ou não, segundo seu estado de vida, participa do seguimento de Cristo. A Vida Consagrada permite responder com maior liberdade e prontidão às exigências do Reino. Com a vinda de Jesus já se iniciou este tempo esperado pelos profetas, é um “Kairós”. As distrações do mundo nunca preenchem totalmente o coração do homem e da mulher. O mundo moderno oferece tudo, mas nada satisfaz plenamente. Tudo pode se tornar rotina e monotonia. A castidade é um toque de amor. Deve ser acolhida com gratidão. É dom germinal (semente) que nasce de um coração generoso. Sem o sim humano, na liberdade, não há castidade. A plenitude do Espírito respeita a adesão pessoal de cada vocação.

Fecundidade no Espírito:

A virgindade não se confunde com uma opção de vida solteira ou viúva, que algumas pessoas assumem por livre decisão, ou por que a sociedade lhes impôs tal condição. O voto de castidade é uma escolha livre do coração. É um estado de vida que edifica toda a Igreja. Quem faz tal escolha sabe que não vai viver mais para si, mas a serviço. Sabe, também, que não fará prevalecer sua genitalidade; nem terá um homem ou uma mulher “somente para si”. Seu amor afetivo dilata fronteiras. É uma fecundidade no Espírito.

Virgindade e celibato:

Tanto o celibato como a virgindade da alma, é um estado de libertação interior. É uma forma de contemplação do mistério mais profundo da vida. Jesus não foi nem essênio e nem sacer-

dote do Templo. Ele assumiu o “novo sacerdócio”. Seu celibato era sua própria vida e seu profetismo. Jesus não ficou somente espírito. Ele assumiu um corpo de carne. Revela em seu corpo os sinais de sua decisão. O celibato permite a Jesus total disponibilidade e mobilidade itinerante. Ao mesmo tempo proclama a fragilidade humana e denuncia as forças do anti-reino. Jesus renunciou a uma descendência. Renunciou a ter uma geração futura de filhos e netos. O celibato é para Jesus o sinal da cruz, “a cruz de cada dia”. Seu corpo foi sempre o “corpo imolado” e o corpo eucarístico. A morte na cruz é o momento supremo desse sacrifício que se iniciou na encarnação. É o ápice do amor. É neste contexto que entendemos o celibato de Jesus. No corpo resuscitado de Jesus aparecem as marcas de seu celibato. É o corpo em atitude perene de oblação. É o corpo que incorpora tudo em si e atrai tudo a si.

Amor celibatário é amor universal:

O que define a condição virginal é o tipo de relação que a pessoa estabelece com Deus. É uma atitude de filiação. A relação eterna do Pai com o Filho é uma relação virginal. O dom da castidade tem sua origem na Trindade. O Pai gera o Filho mediante a sabedoria casta do Espírito. Jesus não foi enviado para formar uma família, mas para reunir todos os filhos e filhas dispersos, para fazer da humanidade uma só família. Eis a missão da Vida Consagrada. Jesus não sacia sua afetividade na opção amorosa por uma só pessoa. Ele está aberto a todos. O amor universal não fica nas nuvens. Vive-se tal amor em cada situação concreta da vida. No

casamento, o esposo e a esposa, situam-se diante de Deus como família, na Vida consagrada, a pessoa se coloca sozinha, mesmo tendo uma comunidade ao seu redor: – “Se o grão de trigo não morrer...” (Jo 12,24-25).

A Vida Consagrada supõe a amizade:

Santo Agostinho entendia o Mosteiro como “a comunidade dos amigos”. A amizade com todos os membros de sua Congregação é desafio, é dom do Espírito. Pela sua própria configuração, a castidade cristã tende a estabelecer relações de amizade que darão frutos a seu tempo. O celibato de Jesus continha grande força de transformação social, política e religiosa. Opunha-se à uma sociedade fechada, pois Vida Consagrada é abertura. A dimensão missionária do celibato não se esgota numa comunidade local. A missão não se realiza na solidão, mas na inter-ajuda com os demais. O amor celibatário é criativo. Inspira ações em favor dos mais pobres. Mostra ao mundo o coração compassivo de Deus. Jesus não viveu o celibato da solidão, mas da comunhão. Sua virgindade não foi esterilidade, mas fraternidade. Com ele nasce um novo tipo de comunidade. Virgindade sem partilha de fé e vida é negação do carisma, é negação do amor. Num mundo erotizado, onde a sexualidade se tornou mercadoria barata, é necessário, que apareçam os “sinais do amor oblato”. Vida Consagrada não é desumanização, nem negação da afetividade, mas harmonia entre o corpo e o espírito. O vazio afetivo que a virgindade requer é preenchido pela força do amor, pela amizade verdadeira.

II. Pobreza Evangélica

Professando este voto, a pessoa de Vida Consagrada reafirma de modo concreto o amor a Deus acima de todos os bens deste mundo, A Sagrada Escritura não atribui valor propriamente dito à pobreza em si. Deus é o protetor dos pobres. Ele faz justiça aos oprimidos. A preocupação pelos pobres, perpassa toda a Bíblia, como uma corrente viva.

A pobreza no Antigo Testamento:

Humilhados, despojados, silenciados e empobrecidos povoam as páginas de toda a Bíblia. Estes são a “pupila dos olhos de Deus”. Havia homens que se vendiam a si mesmos. Na Palestina, o trabalho escravo existia por causa das dívidas e misérias. O Código da Aliança defendia e protegia os escravos das crueldades (Êx 21,1-27). No mundo semita, a escravidão era diferente do mundo greco-romano. Era uma situação temporária. A pessoa livremente se vendia ou era vendida por seus parentes. Se a escravidão era perpétua, o escravo passava a ser considerado como membro da própria família. Mas, a lei permitia a liberdade no sétimo ano da escravidão: – “Ele servirá a você como escravo, durante seis anos. No sétimo ano, você o deixará ir em liberdade” (Dt 15,12). O Povo eleito e escolhido por Deus, não é rico; pelo contrário é “o mais insignificante de todos os povos” (Dt 7,7). Deus se alia aos oprimidos, ensinando-os a viver na fraternidade e na partilha. O estrangeiro, o órfão, a viúva e o pobre são pessoas que não podem defender-se, devem ser protegidos pela lei (Êx 22,20-24). A defesa dos pobres é sempre feita a partir da consciência e da perspectiva

da aliança. O Rei Messias que virá será o protetor dos pobres. A maioria dos Salmos tem como tema os humilhados, oprimidos e marginalizados: – “Este pobre gritou. Deus o ouviu, e o salvou de todas as suas angústias” (SI 34,7). O pobre expressa disposição e atitude interior de retidão e disponibilidade. Deus olha para o pobre e aflito. O Magnificat de Maria confirma isto: – “Olhou para a humildade de sua serva” (Lc 1,48). A oração levanta os humildes.

Seguir a Jesus na pobreza:

No Antigo Testamento não temos uma espiritualidade definida sobre a renúncia e sobre o afastamento das riquezas. Esta grande novidade será própria do estilo de vida de Jesus. A pobreza em si (miséria) é um mal. Jesus provém de uma família pobre de Nazaré. Não se sabe se passou fome. Provavelmente, tinha o mínimo para sobreviver. Com José aprendeu a ser carpinteiro. – “Esse homem não é o carpinteiro?” (Mc 6,3). Conforme Justino, Jesus mesmo teria construído arados e jugos (cangas para os bois): – “Quem põe a mão no arado e olha para trás, não serve para o Reino de Deus” (Lc 9,62). – “O meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11,30).

Jesus e a pobreza:

Sua vida pública foi marcada pela pregação itinerante. Ele não podia levar muitos bens consigo. O povo pobre vai atrás de Jesus. Ele escolheu os doze discípulos do meio pobre, que aderiram ao seu estilo de vida. Jesus ensina a partir de sua experiência de vida e de sua intimidade com o Pai. Usa de Parábolas, que todos entendem.

Suscitava admiração e estupor: – “Como é que esse homem tem tanta sabedoria, se nunca estudou?” (Jo 7,15). Entre os rabinos era mal vista a renúncia aos próprios bens e riquezas. Jesus viveu a insegurança financeira. Viveu sem casa, como estrangeiro nesta terra. Os discípulos também não têm morada fixa. Seu ser homem e a vida que levou são despojamento de si mesmo: – “Aquele que era rico, fez-se pobre por nós” (2Cor 8,9). Viveu a provisoriedade. Jesus não se impõe com a violência, ao contrário, ele é solidário com os pobres e pecadores. Coloca em primeiro lugar o Reino de Deus e sua justiça (Mt 6,33). É preciso fazer uma escolha radical: – “Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Lc 16,13). Não se trata apenas de dinheiro, no sentido técnico, mas sim do poder econômico que paralisa a justiça e a fraternidade.

Ser e viver pobre – ser e viver livre:

A pobreza em si nunca será um valor. Ela é, em primeiro lugar, uma abertura de coração a Deus e ao próximo. Só assim ela será fonte de fecundidade e testemunho profético. Pobre é todo aquele que, em suas necessidades básicas, confia na Providência divina. A pobreza de coração produz também gestos externos de uma vida simples e desapegada dos bens deste mundo. Quem vive a pobreza evangélica terá poucas coisas para levar consigo, mas só o necessário para viver e evangelizar. A pobreza liberta o coração humano do acúmulo de bens. Somos amados gratuitamente por Deus. Só uma atitude de fé orante faz com que a pessoa entenda o sentido da pobreza. A cobiça está sempre presente no coração

de cada homem e de cada mulher. A riqueza amarra o coração humano numa falsa confiança: – “Como é difícil para os ricos entrarem no Reino de Deus” (Lc 10,23). É necessário rever a vida e aprender sempre com Jesus: – “Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). É preciso, portanto, ser manso diante de cada pessoa e sempre humilde de coração, diante de Deus. Em seu próprio núcleo, a humildade brota da intimidade com o Pai. Pobreza evangélica e humildade de coração caminham juntas.

Pobreza e desprendimento:

Jesus fala a todos: – “Onde estiver o teu tesouro, ali estará o teu coração” (Mt 6,21). O tesouro do coração é tudo aquilo que ocupa o primeiro lugar na vida humana. O coração é o núcleo vital do ser humano. Acumular tesouros nesta terra é possuir muitos bens e querer sempre mais. Há uma cobiça sempre crescente: – O que realmente preenche o meu coração? – Que tesouros tenho acumulado ao longo da vida? – O que realmente está me faltando? – O que está me sobrando? Jesus e seus discípulos também usavam os bens materiais. Aceitavam a generosidade das pessoas: – “Várias mulheres ajudavam a Jesus e aos discípulos com os bens que possuíam” (Lc 8,3). O que Jesus denuncia é o desejo de acumular riquezas e, na maioria das vezes, às custas do suor dos outros. A raiz do pecado está na cobiça insaciável: – “Tenham cuidado com qualquer tipo de ganância. Mesmo que alguém tenha muitas coisas, a sua vida não depende de seus bens” (Lc 12,15). O despojamento dos bens, como experiência de liberdade, é o con-

vite que Jesus dirige a quem quer seguir-lo. Há duas atitudes diante dos bens deste mundo: – a cristã e a pagã. Uma caracteriza-se pela confiança e desapego generoso; outra pela inquietude e angústia constantes diante do ter sempre mais: – “Não fiquem preocupados com a vida, com o que comer; nem com o corpo, com o vestir” (Lc 12,22).

A cobiça dos olhos:

Leva a pessoa a ser gananciosa. Nunca está contente com o que tem. Sempre deseja mais. Sempre quer ter tudo o que vê. Normalmente, a inveja e a ambição tomam conta do coração desta pessoa. Essa cobiça não permite que a pessoa sinta a alegria da verdadeira liberdade. Não há paz e tranquilidade onde predomina a ambição. Por outro lado, é preciso esforço e trabalho cotidiano para viver dignamente. Os dois extremos sempre escravizam o coração humano, tanto a riqueza acumulada, como a miséria. A cobiça é uma enfermidade insaciável. A comunhão entre os cristãos, é comunhão de fé e de bens. A solidariedade é uma forma necessária de amor fraterno. Trata-se de reciprocidade e serviços.

Olhando a História:

No decorrer da história, o voto de pobreza foi vivenciado de vários modos, de acordo com a espiritualidade e costumes de cada época. Na Igreja primitiva (três primeiros séculos), ser cristão era se tornar pobre e perseguido, e muitas vezes, enfrentar o martírio, por amor do Cristo. A pobreza estava fundamentada em dois pontos: – esperança escatológica que relativizava os bens deste mundo e a prática da cari-

dade fraterna, em atendimento aos pobres: – “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava seu o que possuía, mas tudo era comum entre eles” (At 4,32).

Os Mosteiros:

Os eremitas que viviam sozinhos, conservavam os bens que necessitavam para viver. No geral, levavam consigo o mínimo, para uma vivência austera. Eles não acumulavam bens. Santo Antão dizia: – “O eremita que tiver riquezas será envolvido pelo demônio”. Porém, aos poucos, os mosteiros se tornam os proprietários das terras e donos de um grande patrimônio, graças à administração bem organizada dos monges. São Basílio permitia que os monges levassem para o mosteiro os próprios bens (sua herança familiar), porém, com duas finalidades bem específicas: – atendimento aos pobres e partilha na comunidade para o bem de todos. No entanto, se fosse somente para acumular riquezas, ele não permitia que o monge levasse seus bens. São Bento une a mística e o trabalho: – “ora et labora”. Com isso evitava a ociosidade dos monges. O essencial da pobreza consiste no desprendimento de si e no serviço aos pobres, pois “nele está o Cristo”. Graças ao sacrifício e à paciência dos monges, surgiram jardins de flores e agricultura onde só havia deserto: – “O monge vive do próprio trabalho e se afadiga para socorrer aqueles que passam necessidades”.

Idade Média:

Houve uma decadência na Vida Religiosa, também no aspecto da pobreza. Há uma certa insatisfação geral com

o estilo de vida nos mosteiros. Surgem as Ordens Mendicantes. É uma resposta do Espírito à situação da época. São Francisco de Assis e São Domingos surgem como luzes no meio de uma Igreja em decadência moral e espiritual. A grande novidade que os mendicantes trouxeram foi uma nova forma de viver a pobreza, de forma coletiva, porém radical. Domingos era Cônego Regular e Francisco era leigo. Os frades se estabeleceram, de preferência, nas periferias das cidades. Com sua vida pobre, que impedia até o simples contato com o dinheiro, os mendicantes eram a imagem inversa daquela sociedade em transformação, apegada ao luxo e ambição. Com seu estilo pobre nasce uma nova espiritualidade. Domingos insiste na libertação pessoal e social que a pobreza proporciona. Ele vê a pobreza como condição social exigida pela pregação evangélica. Francisco possibilita uma nova mística da pobreza. Ele é filho de uma nova classe social que abria caminhos, mediante o comércio do séc. XIII. A mendicância não é só meio de subsistência, mas em primeiro lugar, é participação da pobreza de Cristo.

A Reforma:

O concílio de Trento (séc.XVI) autoriza às Ordens Mendicantes a possuírem bens e patrimônios. Depois vieram os abusos. A revolta de Lutero começa neste ponto. Com Inácio de Loyola, a pobreza transforma-se em ascese de despojamento e disponibilidade para o apostolado. Surgem os primeiros colégios que podiam ter bens, imóveis e rendas fixas. Os jesuítas declaram que o fruto do trabalho dos seus membros era fonte necessária para o

sustento e para o apostolado. Foi reatualizada a função social dos bens. Os excedentes terão que ser distribuídos entre as comunidades mais necessitadas. Por outro lado, Calazans prescreveu pobreza total aos seus membros; viver sem possuir qualquer tipo de bens. Até as roupas usadas, provinham de um roupeiro comum. As escolas deviam estar abertas aos pobres.

Novas tendências:

Um princípio da Idade Média, orientará, de certa forma, o voto de pobreza, até os dias atuais: – “Ter tudo em comum e não ter nada próprio”. A Revolução Industrial possibilitou a compreensão do voto de pobreza em dois aspectos: – a identificação com os pobres e a solidariedade humana. Assim, Charles de Foucauld fundou um Instituto de Irmãos onde os seus membros assumem a condição do trabalhador pobre: – “Pobreza perpétua, pela qual me comprometo a não ter, nem em minha propriedade, nem para o meu uso, nada mais do que pode ter um operário pobre”. É uma nova forma de Vida Consagrada. A inserção no ambiente social é também própria dos Institutos Seculares, que não fazem votos em nenhuma Congregação e nem estão ligados a um determinado carisma.

Teologia da pobreza:

A motivação deste voto é sempre o Evangelho: – “Jesus não se fez apenas homem, mas se fez homem pobre por nós” (S. Hildefonso). Essa pobreza culmina na cruz. Despojado de tudo e com sua nudez, Jesus se torna o mais pobre de todos. Sua pobreza vai até as últimas conseqüências, porém, não é uma po-

breza fracassada. No seu mistério da revelação, é esta pobreza que salva a humanidade. A ressurreição não é um acontecimento que segue à cruz; a ressurreição é fruto da cruz. A salvação passa pela mística da pobreza evangélica. Ela tem dois braços: – horizontal: são todas as formas de solidariedade humana. – vertical: é o ato supremo de fé e abandono ao Pai, que faz de nós vencedores. Eis a dinâmica deste voto. A pobreza evangélica é sempre uma experiência de gratuidade. Só entende quem vive o gesto da doação. Este impulso de amor nos torna pobres. Supõe o abandono das “seguranças”. Ter um coração pobre e disponível significa vencer cada dia o egoísmo e o nosso desejo de acumular sempre mais. A pobreza não se idealiza em si mesma. Ela só é entendida na ótica da justiça e partilha fraterna. Quem entende o espírito da pobreza se torna generoso nos seus gestos e atitudes, possui um “coração de pobre”. Não é possível ser profeta do Reino, sem a experiência de serviço aos mais necessitados: – “O Espírito do Senhor me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres” (Lc 4,18).

Hoje os pobres são as massas:

Cada Congregação deve se perguntar sempre: – Qual é a nossa missão junto aos pobres? O Documento de Puebla destaca a opção preferencial pelos pobres (Puebla nº 1134-1165). Tal opção implica, em primeiro lugar, acolhida, solidariedade e promoção humana. A imensa maioria do nosso povo vive uma situação de pobreza e de miséria, que se agravou nos últimos anos em contraste com a acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria,

muitas vezes à custa da pobreza de muitos. A missão da Vida Consagrada é evangelizar os pobres para uma vivência integral da fé e para reivindicação de seus direitos. Nem todas as Congregações se identificam com os pobres de modo suficiente, nem se solidarizam com eles. Requer-se uma conversão e purificação constantes em todas as pessoas de Vida consagrada. O desejo de acomodação e ociosidade, muitas vezes, é grande dentro de nós. O melhor serviço ao pobre é a evangelização que o liberte das injustiças, o promova integralmente e o disponha a realizar-se como Filho de Deus.

Alguns critérios para a vivência da pobreza:

A economia, hoje, bem administrada, deve estar a serviço do apostolado. Cada Congregação deveria ter, pelo menos, uma ação pastoral voltada totalmente para os pobres. Porém, nem todos os membros de uma Congregação podem, nem devem, viver da mesma maneira o compromisso com os pobres. Todos, porém, devem sentir-se comprometidos com a causa dos pobres. No geral, em torno de 30% dos membros de uma Congregação não produzem mais financeiramente. Nem por isso serão menosprezados. Hoje, é indispensável ter uma contabilidade prática e transparente. Faz-se necessário ter uma liberdade cristã diante dos bens e instituições e uma maturidade serena no uso do dinheiro. O desprendimento pessoal e comunitário se completam. A vida comunitária não é só números. Se faltar a comunhão de espíritos, também a economia se torna incompleta, mesmo tendo dinheiro à disposição. O voto de

pobreza se transforma em cálculos frios. A partilha de vida possibilita também uma autêntica partilha econômica, de acordo com as necessidades de cada membro e de cada comunidade. Quem é pobre busca somente o essencial para viver. Não há pobreza evangélica sem amor. Só um coração desapegado pode testemunhar a pobreza.

III. Obediência na Caridade Fraternal **A Palavra Obediência:**

Para falar de obediência, a língua hebraica bíblica, usa o verbo “Shamá” (ouvir com o coração; escutar em profundidade). Na língua hebraica não existe o verbo “obedecer”. Este verbo provém do latim “obedire”, que deriva de “audire” (ouvir atentamente). Na língua grega temos o verbo “hypakóuo”(obedecer normalmente), porém, ele é formado pelo verbo “akóuo” (escutar com muita atenção).

A obediência no Antigo Testamento:

O fundamento bíblico da obediência é a relação amorosa que existe entre o Criador e a criatura. A obediência é uma atitude nobre. Presta-se obediência a uma norma ou a um mandamento, em primeiro lugar, por que Deus é Amor: – “Ensina-me a cumprir a tua vontade, pois tu és o meu Deus” (Sl 143,10). O Deus bíblico é um Deus bondoso, nunca castigador e vingativo. A idéia de um Deus Amor e não juiz, aos poucos, conquistou o povo de Israel, que se dispôs a obedecer. Desta experiência amorosa é que nasce a fidelidade e o amor aos Mandamentos (decálogo). Ninguém poderia apegar-se a um deus cruel e vingativo, aliás, seria um deus absurdo, não seria o verdadeiro Deus.

Obediência e Aliança:

No Antigo Testamento, Abraão é apresentado como “aquele que obedeceu” (Gn 22,18). A obediência possibilita a vivência da aliança: – “Vocês serão minha propriedade especial entre todos os povos” (Êx 19,5). O povo de Israel promete obediência à aliança de Deus: – “Faremos tudo o que o Senhor mandou e obedeceremos” (Êx 24,7). Da mesma forma, quando o povo renova sua aliança, promete obediência: – “Nós serviremos a Javé nosso Deus e a ele obedeceremos” (Js 24,24). Deus aprecia mais a obediência do que o sacrifício: – “Obedecer vale mais do que oferecer sacrifícios. Ser dócil é mais importante do que a gordura de carneiros” (1Sm 15,22).

Obedecer é ter ouvido de discípulo:

O Faraó não conhece Javé como Deus, nem acredita em sua bondade, por isso não obedecerá, nem ouvirá a Moisés: – “Quem é Javé, para que eu tenha que obedecer a ele e deixar Israel partir? Não conheço Javé, nem deixarei Israel partir” (Êx 5,2). Deus se revela através da sua Palavra. O profeta Isafas diz que o Senhor Javé lhe deu ouvido de discípulo: – “De manhã em manhã ele me desperta, sim, desperta o meu ouvido para que eu ouça como os discípulos” (Is 50,4). A experiência mostra também que a obediência proporciona felicidade: – “Guarda os preceitos e mandamentos que hoje te prescrevo, a fim de que sejas feliz” (Dt 4,40).

O conteúdo da obediência:

A obediência bíblica tem Deus como companheiro fiel. É uma amizade madura. O Salmo 119(118) é um hino à

lei. São 22 estrofes com 8 versos cada uma, e cada verso começa por uma letra do alfabeto hebraico. Cada estrofe tem sempre 8 versículos (22 vezes 8 = 176 versículos). Em cada versículo aparece sempre o conteúdo da obediência (mandamentos, preceitos, palavras, promessas, normas, vontade, estatutos, testemunhos, verdade, sentenças, oráculos, juízos...). É uma obediência que atrai e cativa. O Salmo começa com uma bem-aventurança: – “Felizes os íntegros em seu caminho, os que andam conforme a vontade de Javé” (v.1). E termina com um compromisso de fidelidade e obediência: – “Eu não esqueço os teus mandamentos” (v.176).

A obediência e o Novo Testamento:

A obediência de Jesus é algo que se pode observar continuamente. Jesus viveu sob a vontade do Pai: – “O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (Jo 4,34). Iniciou o seu ministério quando compreendeu que chegou “a sua hora”. Toda sua missão é obedecer ao Pai.

Obediência e fé:

A obediência só tem sentido a partir de uma ótica da fé. Acreditar é sempre ter fé em alguém. Em primeiro lugar, a obediência é um ato de reverência a Deus: – “É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens” (At 5,29). Tanto no início como no final da Carta aos Romanos, fala-se da “obediência da fé” (Rm 1,5; 16,26). Trata-se de uma adesão à pessoa de Jesus. A fé é uma aceitação confiante e obediente da ação salvífica de Deus. Não é só algo racional ou intelectual: – “É com o coração que se crê para obter a justiça” (Rm

10,10). A obediência tem por base a doutrina dos apóstolos. Não é uma obediência vazia: – “Vocês obedeceram de coração ao ensinamento básico que lhes foi transmitido” (Rm 6,17).

Obediência e santidade:

Os cristãos são chamados de “filhos obedientes” (1Pd 1,14). Quem obedece na fé está em contínua conversão e vive o amor fraterno: – “Com ardor e de coração sincero amem-se uns aos outros” (1Pd 1,22). Quem vive sua fé escuta o Espírito e descobre uma lógica: – “Se vivermos segundo o Espírito, caminharemos também segundo o Espírito” (Gl 5,25). – “Como são belos os pés daqueles que anunciam boas notícias” (Rm 1,15-16). Os discípulos que estão iniciando o trabalho de continuar a obra de Jesus, falham na primeira tentativa. A fé que transporta montanha é uma fé ativa, entrega vigorosa, santificadora e confiante (Mt 17,19-21). A nossa santidade de vida tem como modelo uma pessoa que obedeceu em tudo à vontade do Pai: Jesus de Nazaré. – “Pela obediência de um só, todos se tornarão Justos” (Rm 5,19). O voto de obediência procura orientar para Deus toda a existência humana, a própria vida como o dom mais precioso de santidade. É o voto que mais se faz presente em toda a Sagrada Escritura. A obediência só tem sentido a partir do modo filial de Jesus se relacionar com o Pai. Não se trata de servilismo, mas sim de amor-doação.

Autoridade e obediência:

Jesus viveu a obediência ao Pai como serviço. A vida pelo Reino é serviço. O serviço a Deus e ao próximo,

que Jesus convida, é o mais parecido com a obediência. Em Marcos 10,42-44 Jesus apresenta o verdadeiro modo de exercer a autoridade. Trata-se de um serviço desinteressado, não visando apenas os seus próprios interesses. Quem tem alguma autoridade que faça com simplicidade e fidelidade ao Evangelho, excluindo toda forma de dominação e abuso de poder. Autoridade na Vida Consagrada é uma missão nobre e sublime, desde que exercida como serviço desinteressado. Toda autoridade religiosa está vinculada a um carisma. É, em primeiro lugar, obediência ao Espírito, numa atitude constante de escuta e discernimento. A obediência de todos os membros de uma Congregação passa pelas Regras. Essas Regras não são mortas, mas animadas pelo Espírito. Cabe ao grupo dar-lhes corpo, entusiasmo, zelo missionário e criatividade. Toda a autoridade é também limitada e sujeita a erros. É necessário esforço contínuo para compreender os súditos. Nem a obediência do súdito e nem a autoridade do superior, encontram tudo pronto. É preciso ouvir e interrogar sempre o Espírito. A vontade de Deus nem sempre é clara. É preciso buscá-la continuamente...

Teologia da obediência:

Ninguém entra na Vida Consagrada só para obedecer a uma lei, mas em primeiro lugar para conviver. A lei só se torna obediência, quando for inscrita no coração. – “Colocarei a minha lei no seu peito e a escreverei no seu coração (Jr 31,31-34). É a lei da “Nova Aliança”. A obediência só será fecunda quando se torna projeto, programa,

utopia e força interior que provém do Espírito. No caminho da santidade a obediência se torna um elemento necessário. É o desejo profundo de seguir Jesus que “esvaziou-se a si mesmo, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz” (Fl 2,7).

Autonomia e independência:

Hoje há uma tendência cada vez maior, na Vida Consagrada, para se viver a autonomia e a independência. Muitas pessoas consagradas, embora tenham feito publicamente seu voto de obediência, parecem seguir “o seu próprio caminho”. Ser criativo não significa romper. Questionar não significa agredir. Discordar não significa caminhar por conta própria. Ter um carisma pessoal por uma pastoral específica, não significa abandonar seu carisma. Só o diálogo estabelece pontes. Só o perdão cura as feridas e as mágoas do coração. Autonomia e independência são conquistas do mundo moderno. Os filhos, quando chegam a uma certa idade querem ter sua autonomia, sua vida própria. Daí o conflito na vida familiar. – Como entender o voto de obediência dentro desta perspectiva? Só entende e vive a obediência quem faz a experiência da “Kénosis” de Jesus: – “Esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo” (Fl 2,7). Aí está o sentido pleno da obediência e entrega sem reservas. Quem faz o voto de obediência deve ter clareza sobre algumas perguntas: – Qual é a forma de vida a que estou me comprometendo? – Que conteúdos este voto requer de mim? – Estou disposto a obedecer, mesmo quando não entendo o motivo da obediência?

Os cargos na Vida Consagrada não são eternos mas sim transitórios:

Quem é superior hoje, amanhã poderá ser um “membro normal na comunidade”. Quem exerce alguma autoridade, muitas vezes, é alvo de críticas. Muitas pessoas, quando exercem autoridade, tentam superar suas inseguranças e medos, aplicando para os outros leis rigorosas e moralistas. Outros superiores, para não contradizer os súditos, deixam cada membro fazer o que bem entende. Tudo o que é exagerado tem um alto preço. A comunidade se desfaz. O voto de obediência é feito de SIM e de NÃO. Porém, tudo depende como é dito este SIM ou este NÃO. Às vezes, o modo de se dizer um NÃO, dói muito mais do que a proibição em si. O amor é a linguagem que todos entendem. Com cada membro da comunidade, nós estabelecemos uma relação de amor e confiança, ou de ódio e rejeição. Superiores e súditos são, em primeiro lugar, irmãos e irmãs de comunidade, cada um respeitando o papel e a função do outro. Um não pode invadir o espaço do outro. Quem exerce autoridade deve fazer com alma nobre, sem impor seus caprichos pessoais. Quem obedece deve estar disposto a renunciar à mentalidade do mundo e viver a obediência como um meio de santificação. Não se pode confundir a obediência na vida consagrada com uma obediência civil, onde governantes políticos usam da autoridade como uma forma de dominação e poder, nem sempre de acordo com o Evangelho. Muitas dificuldades e conflitos provêm do não esclarecimento exato do próprio conceito de obediência. A obediência autêntica se faz mediante constante discernimento, diálogo e escuta do Espírito. É neste contexto que apare-

ce a função do superior ou da superiora, como mediação privilegiada, que ajuda no projeto evangélico comunitário e pessoal.

Obediência e responsabilidade:

O voto de obediência nasce do íntimo da pessoa, como desejo de contemplar e imitar os mistérios de Cristo. A obediência de Jesus está vinculada ao Pai, desde toda a eternidade, antes da criação do mundo e de sua encarnação: – “Eis-me aqui, ó Deus, para fazer tua vontade” (Hb 1 0,7). É a imitação de Jesus que leva a pessoa de vida consagrada a viver de modo novo este voto. Ela rompe com as seduções do mundo. Vive-se na dependência contínua de Deus. Obedecer não é negação da responsabilidade e nem da própria liberdade, mas sim, uma nova forma de amar. O segredo da liberdade plena é a obediência fecunda e orante. A origem da liberdade não está na vontade humana, mas na obediência, em primeiro lugar, a Deus. Nunca somos tão livres como quando estamos submetidos à vontade de Deus. Toda obediência a Deus implica em acolher a autoridade humana, também, em respeitar a autoridade civil. Toda vocação nasce da obediência. Quem obedece à vocação se identifica com Jesus, com sua mensagem e seu estilo de vida. Sem obediência não há experiência profética, não há vida comunitária em profundidade.

A obediência tem dois eixos que se completam mutuamente:

a) **Horizontal:** Rahner afirma: – “Entrar numa comunidade é expor-se a um destino imprevisível. A pessoa pode ser ferida no mais íntimo de si

mesma, justamente ali, onde a dor é mais sensível” (Missão e Graça, p.155). Todo projeto comunitário não deve ter medidas extremistas, mas sempre ao alcance do grupo. Quem entra na vida consagrada não está sozinho na escuta da vontade de Deus. O Espírito de Cristo reuniu este grupo num “corpo visível”. As pessoas da mesma Ordem ou Congregação Religiosa procuram viver o mesmo carisma e espiritualidade. Em seus corações existem ideais comuns. Sem a mística da obediência, a Vontade de Deus não se realiza na vivência comunitária. É preciso evitar que a obediência se torne um caminho infantil, chegando, muitas vezes, ao ridículo. Faz-se necessário passar da imaturidade para a humanização. O esforço para superar o fechamento e a agressividade deve ser comum. Em toda a autoridade, projetamos, de certa forma, a relação que vivemos com nossos pais ou substitutos. Obedecer supõe viver também o risco e a solidão. Obedecer significa também saber definir metas e prioridades, em vista do bem comum. **b) Vertical:** Quem não entende o “absurdo da cruz”, dificilmente entenderá o núcleo do voto de obediência. Obedecer é perceber a ação de Deus na vida. A obediência é sempre uma convocação. Não é uma lei

que fixa um caminho para sempre, mas supõe um processo espiritual cotidiano de discernimento. Muitas coisas, a pessoa só entende depois de certo tempo. Jesus mesmo preveniu isto: – “Ainda tenho muitas coisas para dizer, mas agora vocês não seriam capazes de suportar” (Jo 16,12). Também quando Jesus lava os pés dos discípulos, impressiona a reação de Pedro. Ele não entende o que o Mestre está fazendo e por que está fazendo aquilo. As palavras de Jesus colocam o núcleo da obediência: – “Você agora não compreende o que estou fazendo, mas compreenderá mais tarde” (Jo 13,7). Nem tudo no voto de obediência se entende no momento presente. Se não houvesse risco e entrega, a obediência seria apenas uma teoria poética. Não é possível compreender toda a profundidade da obediência na hora que professamos tal voto. Mesmo não entendendo tudo de obediência, minha entrega deve ser total. Fazer voto significa obedecer com uma fé amadurecida e comprometida pela causa do Reino.

Pe. Agenor Girardi, MSC

Endereço do autor:

Rua Paissandu, 242

81910-120 Curitiba - PR

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Qual a principal mensagem que a castidade assumida pelo Reino de Deus está chamada a transmitir à sociedade de hoje em geral e, especialmente, à juventude?
- 2 A pobreza dos religiosos e religiosas é de fato um testemunho para o mundo? Que é preciso fazer para que esse testemunho seja mais convincente?
- 3 Na sua comunidade, como se entende e se vive a relação entre obediência consagrada e missão?

Ordenação Presbiteral de Revislande dos Santos Araújo, Indígena Makuxi de Boa Vista, Roraima – Brasil

“Ser fiel ao Evangelho é ser fiel às minhas raízes indígenas”

FERNANDO LÓPEZ

Ao pôr do sol, ao nascer da lua nova, abaixo um límpido céu azul e sobre o imenso tapete verde das florestas amazônicas, foi ordenado Sacerdote do Senhor um jovem Makuxi, Revislande dos Santos Araujo, pela imposição das mãos de Dom Aparecido e pela oração intensa e silenciosa de centenas de olhares serenos e profundos de olhos rasgados, de rostos redondos com tez morena e pômulos salientes, de cabelos lisos e intensamente negros, que, contemplativos, invocavam ao Espírito para que consagrasse aquele irmão índio, escolhido e chamado pelo Senhor desde o seio de seu povo Makuxi, para servir e anunciar a seus irmãos e irmãs indígenas o Reino e sua Justiça, a Boa Nova de Vida Abundante, que o Deus da Vida dá para seu povo eleito, oferece para seus povos indígenas...

Este grande acontecimento foi na tarde do dia 29 de setembro de 1998, na Igreja da Consolata, em Boa Vista, Roraima – Amazônia Brasileira. Depois da ordenação, o Pe. Revislande, aceitou generosamente responder à seguinte entrevista:

Pe. Revislande, poderia contar-nos

alguns dados da sua vida, da sua infância?

Eu nasci na cidade de Boa Vista. Minha mãe, Esmerinda é seu nome, teve um encontro casual com meu pai. Depois que eu nasci, meu pai queria me levar para Manaus, porém minha mãe não deixou. Assim eu fui criado praticamente pela minha mãe, na periferia da cidade de Boa Vista, numa espécie de maloca. Hoje, o atual bairro 13 de Setembro. Naquele bairro havia um grupo indígena Makuxi do qual minha mãe fazia parte. Este grupo, mesmo morando na cidade, mantinha todos os elementos culturais Makuxi. Eu fui criado nesse grupo. Nele, havia um senhor, que era uma espécie de pajé para a gente, e que foi um referencial muito forte para mim na questão da paternidade. Ele me ensinou a pescar, a caçar e tudo aquilo que nosso povo necessitava para sobreviver na mata. Desde pequeno, com quatro ou cinco anos, eu já gostava de pescar e caçar. E era muito bom!

Como nasceu sua vocação?

Minha vocação nasceu a partir de um encontro com um missionário da Consolata. Como nosso povo é muito

pobre, esse Padre sempre levava uma sacola de mangas gostosas para o nosso povoado. Quando eu tinha uns 7 anos de idade, um dia, o Padre estava distribuindo as mangas, ele me disse que era Padre (eu não sabia muito bem o que era isso), que tinha uma capela pequena perto da nossa casa e que me convidava para ser coroinha. Eu tão pouco sabia o que era isso de coroinha, porem aceitei. O que mais me chamou a atenção no Padre, não foi o fato de ser Padre, mas sim por ter vindo de fora, de longe... Eu pensava da seguinte forma: a gente era um grupo de indígenas tão excluído, que até o pessoal da cidade nos chamava de caboclo (para nos desprezar)... Porém, aquele Padre deixou sua terra e veio para nos ajudar e lutar com a gente... Isto me questionou muito e comecei a perguntar-me porque eu não poderia fazer a mesma coisa que o Padre. A partir desta experiência nasceu minha vocação. Quando tinha 15 anos entrei para o seminário diocesano Nossa Senhora Aparecida (Boa Vista – Roraima). Eu queria ser missionário da Consolata, porém, os Padres não aceitavam vocações do lugar. E fui encaminhado para o seminário que, naquela época, era uma pequena casinha de tábuas. Assim começou todo o meu processo de formação até hoje...

Você sentiu alguma discriminação por ser indígena antes de entrar no seminário?

Na escola, nunca saí da minha cabeça o fato de ser discriminado... Uma vez, para me ofender, uma professora me disse que eu era índio. O fato foi que eu não consegui fazer um exercí-

cio de classe e ela falou: “este índio velho é burro”; e me disse: “você é burro porque você é índio”. Eu fiquei muito chocado, e quando cheguei em casa, contei para minha mãe... Ela me disse que nunca tínhamos que dizer para os outros que nós éramos índios, porque ela já tinha sofrido muita discriminação pelo fato de ser índia... A partir daquele momento eu comecei a esconder minha identidade, que eu era índio e que pertencia a um povo indígena... Assim, caí numa contradição muito forte: de um lado negava e escondia minhas raízes indígenas, de outro lado, porém, a minha cara não dava para esconder... Desde aquele fato da escola, quando alguma outra criança ou pessoa maior me chamava de índio, eu ficava muito ofendido, muito triste e deprimido, na escola, ficava em meu canto, sem falar, e totalmente retraído...

E no seminário, sentiu discriminação?

No seminário menor, aqui em Boa Vista, não senti muita discriminação... No seminário maior, em Manaus, senti como a instituição não tinha incorporado/inculturado muitos elementos comuns e próprios das nossas culturas indígenas de nossa vida cotidiana. Alguns exemplos que podem até parecer engraçados: toda minha vida dormi na rede, e até hoje só sei dormir na rede. Na cama não posso dormir, pois ficam doendo minhas costas... É a mesma coisa que acontece com o branco quando dorme na rede... Quando cheguei no seminário, em meu quarto não tinha lugar onde atar minha rede... Isto me fez sentir diminuído, que eu estava errado por não saber dormir na cama... Minha mãe tinha me ensinado

toda uma espiritualidade da rede: quando a gente sai tem que amarrar a rede, porque se não, o nosso espírito fica dormindo e não acompanha a gente... No seminário ficava muito preocupado quando saía ou ia estudar. Como ia enrolar a cama, como ia amarrá-la!? Eu ficava com a impressão de que o meu espírito ficava dormindo... E quando uma coisa ruim me acontecia, pensava que fosse pelo fato de meu espírito ter ficado dormindo... Outro episódio daquela época que me chocou, foi quando me convidaram, numa oportunidade, para almoçar numa casa religiosa. Tinha muita comida gostosa e variada, porém não tinha farinha... Para mim tinha faltado quase tudo! Esta falta de inculturação das instituições nos fazem sentir, muitas vezes, discriminados. Estes pequenos detalhes do cotidiano, embora não pareçam, nos fazem gastar muita energia em adaptarnos aos elementos forâneos às nossas culturas... E essas energias perdidas vão em prejuízo de nossa formação e crescimento pessoal como seminaristas... Sem querer, acabamos fazendo um forte investimento em nos adaptar a essas coisas pensando que elas são essenciais à vida de padre... e esquecemos ou deixamos à margem o verdadeiramente essencial...

Foi difícil para você assumir o seu ser indígena?

Foi um processo muito lento. Foi difícil trabalhar minha própria aceitação. Tudo isto comecei a ver no seminário. Lembro-me que brigamos muito para abrir nosso próprio espaço... Até o Arcebispo de Manaus disse, numa oportunidade, que ia fazer uma maloquinha atrás do seminário para a gente, para satisfazer nossas inquietações... Entran-

do em contato com o pessoal de São Gabriel da Cachoeira (Alto Rio Negro), eu comecei a perceber a beleza do povo indígena ao qual eu pertencia. Logo comecei a fazer esse tipo de investigação de aceitação de mim mesmo. Comecei também a fazer processo com minha mãe... Tudo isto foi muito doloroso. Era começar a refazer, aos poucos, tudo na minha vida, fazer um processo inverso ao que até agora tinha vivido. Era começar a me aceitar como tal, como índio. Graças ao encontro com pessoas como João Francisco (Tukano), Domingos Lana (Tariano), Josimar (Tukano) – todos eles hoje são Padres –, que tinham as mesmas raízes que eu, e se orgulhavam de pertencer a seu povo indígena... Com eles foi possível refazer e sarar toda minha história e pertença a meu povo, até chegar a uma total aceitação e valoração do meu ser de índio Makuxi...

Conte um pouquinho sobre sua mãe, Esmerinda.

Quando eu comecei fazer meu processo de aceitação, e vi que me ajudava muito, também iniciei esse processo com minha mãe. Mamãe fala Guapixana e Makuxi, porém, até hoje, se alguém pergunta para ela se fala essas línguas, ela nega totalmente... Eu sei bem o muito que ela sofreu; durante anos ela apanhou muito para deixar de falar sua língua e poder falar português. Para ela este processo de sarar as feridas e reconhecer a sua própria identidade indígena é muito difícil... Eu tenho, nesse processo, uma responsabilidade muito grande para com minha mãe...

Um momento muito significativo da

ordenação foi quando, depois de ser revestido pelos seus pais com a casula, a Ir. Arizete (Cônega de Santo Agostinho, indígena Sateré-Mawé) colocou um belo colar indígena sobre a casula, em nome do grupo dos Padres e Religiosos/as Indígenas da Amazônia Brasileira. Espontaneamente os participantes na celebração reagiram com uma forte salva de palmas. Que significa para você, Pe. Revislande, esse colar indígena sobre sua casula?

Eu sempre sonhei ser missionário, “missionário *ad gentes*”. Eu fiz opção pela minha diocese, pela minha terra, justamente porque acredito que para você ser missionário e levar a justiça em uma outra cultura, você tem que estar enraizado na sua própria cultura, dentro da sua terra... Esse é um processo que eu deveria fazer antes de qualquer outra coisa. A Ir. Arizete, ao colocar-me o colar indígena sobre a casula, simbolizou, justamente, minha pertença a esse povo indígena e o meu compromisso para resgatar e ajudar meus irmãos e irmãs que estão na cidade a se orgulhar de suas raízes indígenas. E, também, o colar me ajuda a não esquecer que ser fiel ao Evangelho é ser fiel às minhas raízes indígenas. Isto é o que muitas vezes discutíamos no grupo dos Padres e Religiosos/as Indígenas: temos que descobrir a presença e o processo do Espírito Santo dentro das nossas culturas e da sabedoria dos nossos povos, dentro do conhecimento dos nossos antigos e das nossas lendas e mitos... Porque acredito (como o Evangelho nos diz) que o Espírito Santo sopra onde quer e Ele já estava presente muito antes de chegar o Evangelho a nossas culturas. Aquele

colar simbolizou toda a minha missão que é de resgatar as minhas raízes e ajudar a outros irmãos meus a resgatar suas próprias raízes, seu ser indígena, sua pertença a esse povo e também anunciar o Evangelho a partir das nossas culturas, de nossa sabedoria, de nossos mitos... Esse é um compromisso que, com a ajuda de Deus e de meus irmãos e irmãs, vai durar toda minha vida: ser fiel ao Evangelho nas minhas raízes indígenas.

Que significa para você ser hoje Padre Makuxi?

Ser Padre Makuxi é justamente anunciar o Evangelho a partir da nossa cultura. Esse é um processo que, nós da terra, nós indígenas, deveremos ter maior facilidade de fazer. A inculturação do Evangelho hoje é uma urgente necessidade. A inculturação deve se dar não só nos conteúdos ideológicos mas também na liturgia, nas celebrações, nos sacramentos... Devemos ir inculturando o Evangelho com os nossos traços, com nosso jeito de ser. Assim, ser Pe. Makuxi, significa para mim, um compromisso forte com a inculturação do Evangelho em todos os sentidos da vida do nosso povo indígena. Só assim o Evangelho não será um estranho mas algo nosso, da nossa vida e das nossas raízes indígenas.

Que significa para sua mãe, Esmerinda, ter um filho Padre?

Como já contei acima, minha mãe sempre foi discriminada e excluída em todos os sentidos... Perto de minha ordenação diaconal, ela não aceitava ser mãe de um Padre. Não porque ela não quisesse que eu fosse Padre, mas jus-

tamente porque ela pensava que era uma graça muito grande que ela não merecia. Isso por causa de sua história de discriminação em que muito apANHOU e sempre foi colocada à margem... O momento em que ela deveria ser apresentada a toda a assembléia, junto comigo, para ela, foi muito difícil... Hoje, para minha mãe, ter um filho Padre, é um orgulho que a tem ajudado a começar a resgatar sua própria imagem e identidade. Ela começou a se valorizar ao descobrir que (nas suas próprias palavras): “Eu posso também ser mãe de um Padre, eu posso também estar sentada na primeira cadeira junto a meu filho”. Tudo isso foi um processo muito importante para ela, mas também muito difícil. Até o momento antes da ordenação ela não acreditava que seu filho ia ser Padre... “É uma graça muito grande”, repetia uma e outra vez. Tudo isso tem ajudado a assumir seu ser indígena, e começar a dizer: “A minha língua não é uma ‘géria’; eu não sou cabocla, eu pertença a um povo indígena do qual me sinto cada dia mais orgulhosa”... Assim, para minha mãe, eu ser Padre, significou o resgate de sua própria pessoa.

Quais são os maiores desafios que você encontra hoje para viver como Padre Indígena dentro de nossa Igreja?

Acredito que os desafios são muitos. Porém, eu vejo uma porta aberta na nossa Igreja de Roraima, por nosso Bispo, Dom Aparecido, ser presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e porque é uma pessoa muito sensível para a questão indígena. Ele tem uma abertura muito grande para a

gente. A primeira coisa que me disse, foi que tenho que estudar e aprender bem a língua Makuxi. Quando eu contei para Dom Aparecido o meu desejo de trabalhar com os irmãos e irmãs indígenas da cidade, ele vibrou e ficou muito feliz com a proposta e me deu todo o apoio. Um outro desafio grande é encontrar pessoas, Padres e Religiosos/as indígenas, com quem partilhar os problemas e dificuldades que encontramos nesta caminhada como indígenas membros da Igreja. É o que pretende oferecer o grupo de Padres e Religiosos/as Indígenas da Amazônia Brasileira que constituímos há quatro anos atrás. Acredito que o grupo é outra porta de esperança em toda essa busca e caminhada indígena da Igreja na nossa região da Amazônia.

Conte um pouquinho mais desse grupo dos Padres e Religiosos/as Indígenas da Amazônia Brasileira. Que significa para você, hoje, ser coordenador deste grupo?

O grupo tem uma equipe de coordenação que, no último encontro (IV Encontro), em Julho de 1997, aqui em Boa Vista – Roraima, foi renovada, ficando o Pe. João Francisco, Tukano, do Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira), como vice-coordenador; a Ir. Lesilda, Makuxi, Apóstola de Cristo, de Boa Vista, como secretária; a Ir. Arizete, Sateré-Mawé, Cônega de Santo Agostinho, de Manaus, como tesoureira; e eu, como coordenador.

O grupo, hoje, significa muita coisa para mim. Sinto que ele deve ocupar mais a minha vida. No grupo a gente encontra momentos de estudo e troca de experiências, para elaborar juntos

uma maior e melhor inculturação de nossa vida e ser religioso, dentro das nossas raízes. A partilha das dificuldades é, também, algo muito importante. Nós, indígenas, somos diferentes, temos problemas e desafios que são diferentes dos que se dão em outras culturas. O grupo nos oferece um lugar para partilhar esses desafios e, juntos, ajudar-nos na busca de caminhos de solução, a partir da diversidade e riqueza de nossos povos e culturas... Uma coisa muito forte e comum a todos os membros: o fato de serem todos indígenas. Isso nos ajuda.

No IV Encontro, nosso bispo, Dom Aparecido, esteve aqui com a gente e deu muita força a este grupo, como um espaço de crescimento para cada um de nós que somos Padres, ou Religiosos/as Indígenas.

Para mim, ser hoje coordenador do grupo é estar a serviço, apoiando os companheiros e companheiras. Acredito que, a partir do grupo as nossas dificuldades e desafios ficam mais leves e mais fáceis de levar...

Que mensagem daria para os Padres e Religiosos/as Indígenas que trabalham na Amazônia?

Acredito que um verdadeiro Religioso/a, um Padre Indígena, somente é fiel a seu ser religioso na medida em que é fiel a sua raiz e cultura indígena. Um Padre, um Religioso/a Indígena que não é fiel a sua raiz e cultura indígena é um Padre capenga ou um Religioso/a capenga... Falta alguma coisa!

Eu sempre admiro os Padres italianos que vêm trabalhar aqui, e mantém sua cultura entre si, seu jeito de ser... E a gente começa a querer ser um deles,

perdendo a nossa identidade. E corremos o risco, também, de ser como os indígenas que vêm para a cidade hoje... Nos chega um questionamento existencial terrível: primeiro, não é branco; segundo, não se identifica como indígena; terceiro, chega a crise, "o que eu sou?". Esta crise abala toda a estrutura da pessoa.

Repito. Para o Padre ou Religioso/a Indígena, ser fiel ao Evangelho, ao seu ser religioso, é ser fiel a sua cultura e a suas raízes indígenas, porque é justamente ali onde se encontra a raiz de nosso ser religioso mais profundo.

Que mensagem daria hoje para os jovens indígenas (seminaristas, religiosos/as) que estão em formação?

Se bem não são muitos, hoje temos já um número significativo de jovens, seminaristas, religiosos/as que estão em formação. E isso é uma grande bênção de nosso Deus. Primeiro, quero dizer para vocês que a formação é muito importante, porém, nos momentos de férias, quando voltam para suas comunidades, tentem aprender muito dos nossos velhos indígenas. Eles têm muito a ensinar para a gente. Muitos jovens que entram no seminário esquecem isso. Um exemplo interessante é o de um seminarista Makuxi, do Seminário de Boa Vista, que este ano iria para o seminário maior em Manaus para fazer filosofia. Porém, a sua comunidade percebeu que, quando ele estava aqui no Seminário, em Boa Vista, pouco visitava sua maloca. A comunidade dele o questionou: "Se você não nos visita agora que a comunidade fica perto, a uns 100 km, que será depois quando for para Manaus que

fica a mais de 600 km?!”. Por isso, a própria comunidade propôs a ele ficar este ano na maloca, aprendendo dos velhos, da comunidade e, no próximo ano, irá para Manaus... É um processo interessante para que não aconteça que, aprendendo filosofia, teologia..., a gente corra o risco de pensar que tudo o que aprendeu na comunidade, dos nossos pais e avós é bobagem... Se chegamos a pensar dessa maneira estaremos jogando fora uma grande herança cultural que nossos pais passaram de geração em geração, e vamos ficar justamente com aquilo que não é da gente. O processo é não deixar de lado o que nossos pais nos ensinaram e ir incorporando e inculturando os novos saberes filosóficos e teológicos.

Revislande, e aos formadores, que mensagem você daria?

No último encontro da comissão regional dos Presbíteros, do Regional Norte I, alguém falou que os índios não têm condição de ser padre. Isso é dito também, lamentavelmente, por alguns formadores dentro dos seminários... O que eu falei naquele encontro foi que se têm de tratar os indígenas com seus condicionantes culturais. Assim como a cultura ocidental tem seus limites, também a cultura indígena tem seus limites... Não basta dizer que o seminarista indígena gosta muito de namorar, gosta

muito de beber... Não basta dizer que por isso não serve. Mas justamente tem que ser tratado com um carinho especial... Saber que esses pontos devem ser trabalhados mais, sendo aceita a pessoa... E não simplesmente dizer que não serve para ser padre. Os formadores têm que olhar não com discriminação para o indígena, mas com um olhar de carinho, como a um irmão que tem uma cultura diferente. É engraçado que nossos irmãos indígenas de São Gabriel da Cachoeira não falam português correto; eles falam com sotaque, porque a sua língua materna é outra. Aconteceu que um formador no Seminário fez o seguinte comentário: “Esses indígenas não falam português direito...” Eu disse para ele: “Me parece engraçado: você aceita o italiano falar com sotaque o português, aceita o inglês... mas porque é que não vai aceitar o indígena, que tem outra língua, falar o português com sotaque?!...” Tem que se tratar o indígena como indígena, não para discriminar, mas para levar em consideração que tem uma cultura diferente, uma língua diferente; e que tem que ser também tratado com respeito e trabalhadas as dificuldades com compreensão e carinho.

Fernando López

Endereço do autor:

Rua Castelo Branco, 101 – Vitória Régia

69033-230 Manaus – AM

Tel.: (92) 637-1343

E-mail: itiner@argo.com.br

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 Que pode ser feito por parte da Vida Religiosa para que se supere o preconceito em relação à ordenação de indígenas?
- 2 Que lições mais importantes nos deixam o fato mesmo da ordenação de Revislande e o seu depoimento nesta entrevista?